



Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 34.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1979.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na forma regimental e atendendo solicitação desta Presidência, indico os seguintes Senhores Deputados para representar a Bancada da ARENA na CPI do Cooperativismo.

Membros Titulares

Augusto Carneiro

David Cheriegate

Fuad Nacli

Cyro Martins

Werner Wanderer

Ruben Valduga

Membros Suplentes

Jurandir Messias

Aginaldo Pereira Lima

José Domingos

Gabriel Manoel

Palácios

Egon Pudell

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

ERONDY SILVÉRIO

Líder da ARENA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se consigne em ata, nos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do conceituado Professor ALCEU NAUMAN, ocorrido em data de ontem, na cidade de Apucarana.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

O professor Alceu Nauman exerceu, durante anos o Magistério em Apucarana, sendo muito benquisto na sociedade local pelas suas virtudes e sua inteira dedicação ao ensino, sendo considerado um dos paladinos da cultura naquela cidade.

Era, outrossim, uma figura muito ligada aos meios filantrópicos de Apucarana e do Paraná, preocupando-se, em vida, com os menos favorecidos da sorte.

Seu falecimento marca uma lacuna impreenchível na vida social e cultural não só de Apucarana, mas de todo o nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, Distrito de Guarapuava, Estado do Paraná, pela realização da 1.ª FESTA DO LAVRADOR, nos dias 21 e 22 do corrente mês, a qual alcançou o maior sucesso pois os moradores da região compareceram em massa para prestigiar o acontecimento, estando presentes inúmeras autoridades, dentre as quais o Deputado Federal Igo Losso.

Na ocasião, foi inaugurada a sala de reuniões e o depósito, com grande exposição de produtos agrícolas, artesanais e a feira pecuária.

O acontecimento é de grande relevância tendo em vista que a Associação procura estimular a agricultura e pecuária, vindo de encontro à política adotada pelo governo.

Outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Presidente da entidade.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de regozijo ao Movimento de Cursilhos de Curitiba, pela passagem do seu 10.º Aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência a Sua Excelência Reverendíssimo Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, ao Presidente do Secretariado de Cursilhos de Curitiba, bem como ao Assistente Espiritual.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo fato de terem sido distinguidos, no último dia 06, pelo Superior

Tribunal Militar, em Brasília, o General Ayrton Pereira Tourinho e o Doutor Djalma Goss, Juiz Auditor da 5ª Região Militar, com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Este fato se constitui em motivo de honra para o Paraná, pois os dois ilustres homenageados tem prestado relevantes serviços ao nosso Estado e à Nação.

Requeiro, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa aos homenageados.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O abaixo assinado, Deputado Tuguio Setogutte, por ter que assumir o cargo de Prefeito Municipal de Umuarama, renuncia a partir desta data, o seu mandato de Deputado Estadual.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro da Mesa, se alcançada aprovação plenária, o encaminhamento do expediente anexo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com a solicitação de que Sua Excelência determine a apuração dos fatos narrados, ocorridos na cidade de Salgado Filho, verdadeiras atrocidades, que se comprovadas justificam e até impõem a exemplar punição dos policiais responsáveis.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em atenção à Resolução nº 109/79, de 24 do corrente mês, cumpre-me indicar o Senhor Deputado Ezequias Lossó para complementar a Comissão de Constituição e Justiça.

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência a segurança de meu alto apreço e estima.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se oficie ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando enérgicas e imediatas providências, no sentido de se reprimir a ação nefasta de depredadores que se dedicam am malfadado costume de pixar muros de escolas, placas com nomes de ruas e ficam impunes em sua solerte atividade.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

A população de Apucarana está justamente revoltada com a atuação perniciosa de maus elementos que, inconformados com mudança de nome de uma das artérias da cidade, pixaram a placa da rua - cujo nome foi modificado - e também o muro da Escola que é dirigida por um dos vereadores à Câmara Municipal daquela cidade, que votou a referida mudança.

Aliás, em Apucarana, fatos como esse se repetem, periodicamente, sem haver qualquer punição aos delinquentes, ficando os moradores estupefatos com o que vem ali acontecendo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Senhor Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, e ao Senhor Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, solicitando que sejam baixadas instruções aos professores do Estado e do município, na área do ensino fundamental e médio, no sentido de que não sejam mais computadas como pontos, como nota para média de aprovação, as pesquisas ilustradas, elaboradas pelos alunos.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Aramis Millarch, colunista e pesquisador de "O Estado do Paraná", abordou um problema que vem ocorrendo há muito tempo em Curitiba e, certamente, em todos os demais municípios do Estado: a destruição de livros, de dicionários, de enciclopédias, que fazem parte dos acervos de bibliotecas, por parte de alunos ao fazerem pesquisas solicitadas por seus professores.

Realmente, é uma prática condenável que a cada dia se agrava sempre mais. Basta que se folheie livros, jornais, revistas, dicionários e enciclopédias na Biblioteca Pública do Paraná.

O jornalista Aramis Millarch que, mais uma vez, denuncia essa atitude dos nossos estudantes, pede que se tomem medidas, proibindo aos senhores professores do ensino fundamental e médio computarem como notas as pesquisas ilustradas.

Diz Aramis Millarch: "Embora por princípio deva-se ser contra as proibições e atos que lembrem censura, esta é uma das poucas - talvez a única fórmula - que evite que persista a proliferação das malfadadas "pesquisas escolares", que estão sendo responsáveis pela destruição de centenas de livros, especialmente enciclopédias, não só particulares - mas, inclusive, existentes na Biblioteca Pública do Paraná.

Desde que surgiu a idéia de exigir dos alunos trabalhos ilustrados, professores e professoras passaram a usar e abusar deste recurso, passando a dar notas em função apenas da decoração dos trabalhos, estimulando não a criatividade, à imaginação das crianças e jovens, mas transformando-os em meros recortadores de revistas, livros e mesmo obras caríssimas, em busca de "gravuras", desenhos" e "imagens" exigidas.

Vários apelos foram feitos aos diferentes secretários da Educação e Cultura, sem encontrar eco.

Hoje, não só a rede oficial do Estado, mas também os mais sofisticados estabelecimentos de ensino particulares já possuem apostilas, que reservam amplos espaços para serem "ilustrados" pelas crianças - não com desenhos próprios, fórmula que seria louvável - mas, sim, com recortes. E, na ânsia de apresentar bonitos trabalhos, as crianças passam a destruir quaisquer coleções, não importando sua importância".

Está muito certo o jornalista Aramis Millarch, quando afirma que "aparentemente um assunto banal, mas é consequência dos descabros do ensino, mal orientado por professores que, por certo, não imaginam as consequências de suas exigências".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É preciso que este problema, do conhecimento público e das autoridades educacionais há muito tempo, não fique adstrito à mais esta denúncia. São necessárias providências saneadoras urgentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD.

Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Desembargador MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, ao Excelentíssimo Senhor SEGISMUNDO MORGENSTERN, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, ao Excelentíssimo Senhor OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, DD. Secretário de Estado da Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do IPE e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná, reiterando-lhes sugestão no sentido de que seja criada em nosso Estado, Carteira de Aposentadoria e Pensões dos Serventuários da Justiça, nos moldes da existente no Estado de São Paulo, aperfeiçoada com subsídios a serem colhidos na legislação relativa aos profissionais liberais filiados ao INPS e nos modelos adotados pelos Montepios mais conceituados que atuam no País.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme exposição de motivos emitidas em requerimentos aprovados por esta Casa, datados de 22 de junho de 1976 e de 30 de junho de 1978, sugerimos às autoridades estaduais, que se adotasse em nosso Estado, Carteira de Aposentadoria e Pensões dos Serventuários da Justiça, de forma mais condigna com a realidade atual, assim como foi feito no Estado de São Paulo ou nos moldes dos sistemas adotados pelo INPS, para segurados autônomos ou pelos mais conceituados montepios particulares que atuam no País.

Afirmávamos, naquelas ocasiões, que os atuais Serventuários da Justiça têm de valer-se de inscrições não muito seguras nos mirabolantes planos de aposentadoria e pensões que assolam o País, por não poderem contar com um sistema adequado garantido pelo nosso Estado.

O artigo 202 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, prevê que a aposentadoria dos serventuários não remunerados pelos cofres públicos obedecerá legislação especial.

Ocorre, que as normas que regem a aposentadoria daqueles servidores, está, há muito tempo, totalmente superada.

O próprio Código acima citado, estabeleceu em seu artigo 162, que "a partir de 1.º de janeiro de 1977, nenhum auxiliar da Justiça poderá perceber mensalmente, a qualquer título, importância superior à percebida por Desembargador."

Partindo desse teto máximo, e considerando que o vencimento de Desembargador está fixado atualmente em Cr\$... 48.976,00, e tomando como modelo a tabela de contribuições e benefícios adotada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que estabelece 10 (dez) faixas de contribuição, conforme o tempo de filiação do segurado, estabelecendo o interstício para transposição de uma faixa para outra, bem como o número de salários-mínimos regionais correspondentes a cada uma delas, elaboramos a tabela abaixo, a qual, distribuída em quinquênios, poderá servir de base para os estudos ora sugeridos no sentido de que seja criada uma nova Carteira de Aposentadoria e Pensão dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná:

TEMPO DE SERVIÇO	FAIXA DE CONTRIBUIÇÃO		TÍT. INICIAL OFICIAL MAIOR OFICIAL MAIOR INICIAL	DISTRITAL INICIAL
	TITULAR DE ENTRÂNCIA FINAL OFICIAL MAIOR FINAL DISTRITAL FINAL	TÍT. ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA DISTRITAL INTERMEDIÁRIA		
ATÉ 5 ANOS	19.590,40	14.692,80	9.765,20	4.897,60
5 A 10 ANOS	24.488,00	19.590,40	14.692,80	9.765,20
10 A 15 ANOS	29.385,60	24.488,00	19.590,40	14.692,80
15 A 20 ANOS	34.283,20	29.385,60	24.488,00	19.590,40
20 A 25 ANOS	39.180,80	34.283,20	29.385,60	24.488,00
30 A 35 ANOS	44.078,40	39.180,80	34.283,20	29.385,60
MAIS DE 35 ANOS	48.976,00	44.078,40	39.180,80	34.283,20
Escreventes juramentados: 50% do valor dos Oficiais Maiores.				

Evidentemente, para atingirmos o objetivo proposto, tornar-se-ia insuficiente a elaboração de uma tabela, caso existam normas regulamentadoras da matéria.

Assim, desde que a iniciativa para tal lei é da competência do Chefe do Poder Executivo, resta-nos fornecer às autoridades competentes, outros subsídios que poderão ser aproveitados na elaboração de anteprojeto de lei versando sobre esta importante matéria.

Como no INPS, partindo da tabela acima, além do estabelecimento de um prazo inicial de carência para obtenção do benefício, seria exigido o interstício mínimo de 5 (cinco) anos para a passagem de uma faixa de contribuição para outra de maior valor.

Para os primeiros anos de contribuição, seria estipulado, igualmente, um período de carência, durante o qual poderia ser arbitrada uma tabela proporcional e progressiva por tempo de filiação à nova Carteira de Aposentadoria e Pensão, até que o beneficiário ou contribuinte dos novos planos atingisse o período mínimo de 5 (cinco) anos.

Sabe-se que, atualmente, apesar da obrigatoriedade de pagamento de mensalidade ao IPE, grande parte dos serventurários, dado o desestímulo dos benefícios a serem obtidos por eles próprios ou por seus dependentes, deixam atrasar ou simplesmente não pagam essas mensalidades. Na elaboração da nova Carteira, seria observada rigorosamente a cobrança das mensalidades, em percentual a ser arbitrado mediante cálculos procedidos pelos setores especializados.

Para maior facilidade de recolhimento das contribuições, poderiam ser emitidos carnês.

Pode-se permitir ao contribuinte, a exemplo da legislação do INPS, a opção por uma faixa menor de contribuição, prevendo-se, também, o retorno para a maior faixa para a qual tenha registrado qualquer contribuição dentro da ascensão permitida.

Todavia, sem determinar-se as fontes de custeio, tal empreendimento tornar-se-ia utópico. Assim, além das contribuições de estilo, oportunamente apresentaremos projeto de lei nesta Casa, pelo qual será autorizado o recolhimento de determinada quantia em todos os procedimentos judiciais nos quais seja necessária a intervenção de qualquer serventurário da Justiça, em favor de sua Carteira de Aposentadoria e Pensão.

Há esta lacuna na legislação e a missão do legislador é disciplinar a atuação do homem na sociedade, buscando a sua segurança para instalar-se a harmonia e o bem comum, partindo das normas adequadas que possam resultar numa nova Carteira de Aposentadoria e Pensão aos serventurários da Justiça, a fim de livrá-los da angustiante situação previdenciária que pouco os ampara neste momento.

Procedendo dessa maneira, estaremos colocando o Paraná na vanguarda desse novo modelo previdenciário, o qual, futuramente, com as devidas medidas complementares que se fizerem necessárias para o seu aperfeiçoamento, poderá vir a ser adotado em outras unidades da federação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente REQUER, seja aprovada pelo douto Plenário sugestão à douta Comissão Executiva desta Casa, no sentido de se incluir no Orçamento Geral do Estado, para o próximo exercício financeiro, a previsão de uma dotação no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), a ser destinada à Biblioteca da Assembléia Legislativa, para aquisição de livros técnicos sobre os vários ramos do Direito.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A Biblioteca da Assembléia Legislativa não dispõe de fontes atualizadas para consulta, principalmente no que diz respeito aos novos dispositivos vigentes nos diversos ramos do Direito, tanto por parte de seus setores técnicos, quanto por parte dos parlamentares.

Todavia, o seu acervo poderá ser enriquecido com a aquisição de novos livros, bem como com assinatura de revistas técnicas especializadas.

A inclusão de verba de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) em dotação destinada à atualização de nossa Biblioteca é válida e do interesse do próprio povo paranaense, pois, em sua Casa de Leis jamais poderá faltar obras pelas quais seus representantes possam colher subsídios para melhor desempenhar os seus mandatos.

Aprovado esse requerimento, poderá ser organizada, criteriosamente, uma seleção de livros a serem adquiridos com essa finalidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 38/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 77 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 23/69, de 10 de setembro de 1969, fica acrescido do seguinte:

“ § 3.º — O Presidente destinará a Hora do Expediente da primeira sessão ordinária do mês de dezembro à comemoração do “Dia Universal dos Direitos Humanos”, cabendo aos líderes de bancadas indicar os oradores.”

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O mérito do projeto e a nobreza de sua finalidade são tão nítidos e incontestáveis que dispensam o alinhamento de argumentos que o justifiquem.

A percepção e sensibilidade dos nobres colegas Deputados por certo asseguram para esta propositura a aprovação que merece.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro. (Pausa) Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa) Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente ao abrirmos os jornais de ontem, tomamos conhecimento de um fato triste em nossa região, na importante Comarca de Ibaiti. Um Juiz de Direito, totalmente despreparado, e veja Sr. Presidente, Srs. Deputados o que aconteceu e o que narram os jornais de ontem.

O Juiz de Direito da Comarca de Ibaiti, Artur Heráclito Gomes Neto, é acusado de prepotência e de impôr o terror policial contra os menores de idade. As meninas de iniciais I.C., de 12 anos e também I.C., de 10 anos, vendiam sorvete nas ruas para ajudar o sustento da família. Mas foram presas, obrigadas a se despir em frente a policiais, os quais as arrastaram por determinação verbal do Juiz. Uma delas, que já sofria de uma enfermidade teve a sua saúde agravada por castigos físicos e para dormir tem que tomar tranquilizantes.

O Magistrado ordenou também que as autoridades policiais prendessem, chicoteassem e reapassem a cabeça de dois garotos suspeitos de furtos de moedas. O Juiz exigiu ainda que eles desfilassem nas ruas centrais de Ibaiti, levando as

costas um cartaz escrito "ladrão".

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e por isso trago esta denúncia a público em nome de minha bancada, para pedir às autoridades judiciárias deste Estado uma rigorosa investigação das atividades do Juiz de Direito de Ibaiti.

Quanto aos fatos estampados na imprensa nacional, que dão conta de verdadeiros atos de desumanidade e de atrocidades físicas, praticados contra indefesos menores por determinação expressa daquele Juiz.

Não é concebível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, exatamente no Ano Internacional da Criança, sejamos nós aqui do Paraná, os protagonistas inertes de uma cena como esta. Quando policiais raspam cabelos de meninas, testam-nas e efetuam toques ginecológicos além de arrastarem indefesas e desgraçadas crianças, pelo escárnio das vias públicas com uma tabuleta nas costas taxando-as de ladrão.

Não é possível a omissão do Tribunal de Justiça do Paraná, com tais fatos, porque os mesmos já ocorreram a 30 de janeiro, portanto, há mais de 80 dias, e disso a opinião pública não está informada.

Apelo, e apelo ao papel fundamental da Imprensa para que se registre esta denúncia, pois existe lei específica para enquadrar até um juiz que se mostra arbitrário e que abusa do Poder.

Que o exemplo seja dado pelo nosso Tribunal, porque o exemplo parte de Casa.

E ao punir um juiz despreparado, o Poder Judiciário do Paraná, demonstrará de que realmente, tem condições de aplicar a lei contra os que a infringem, caso contrário, será de lamentar que um episódio tão dramático, como o que aconteceu na próspera Comarca de Ibaiti, permaneça impune, e que um magistrado tão despreparado como provou através de sua atividade com esses menores, e que já agiu desta forma, quando de sua passagem pela Comarca de Santo Antônio da Platina, e, naquela oportunidade, também mandou prender e também mandou bater em menores, continue servindo à Justiça do nosso Paraná, por isso apelo ao Poder Judiciário do Paraná, apelo à imprensa do Paraná, apelo ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, para que as providências sejam tomadas e com urgência e que o Dr. Artur Eráclio Gomes Neto, seja afastado urgentemente do Quadro da Magistratura do Paraná, por ter provado e comprovado a sua capacidade em participar dos representantes da lei neste Estado.

Acreditamos na Justiça e temos certeza que o Tribunal de Justiça do nosso Estado, tomará as devidas providências, retirando urgentemente de seu Quadro um homem sem as mínimas condições de agir em nome da Justiça, usando da mesma, para praticar injustiça constante, denegrindo a função fundamental do Poder Judiciário, que é a de garantir os direitos fundamentais do homem.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A cidade industrial de Curitiba completou seis anos de idade. O arrocho salarial brasileiro completou quinze anos de idade. A intervenção constante nos sindicatos e associações operárias e de outras classes trabalhadores tem igual idade.

Mas, neste ano, o governo federal, tomando as reivindicações que foram feitas ao longo de quinze anos de ditadura e arrocho, propõe o diálogo com toda a sociedade. Só que o diálogo deve ser feito a partir do modelo econômico e social brasileiro, repudiado e inaceitável, para os trabalhadores, para as oposições e para o Movimento Democrático Brasileiro.

Curitiba pode ser um exemplo muito vivo da incompati-

bilidade entre o que deseja o governo e o que esperam as classes trabalhadoras.

Aqui, a implantação de grandes empresas, criou uma oferta de sessenta mil empregos novos diretos e indiretos, portanto gerou trabalho para vinte e cinco por cento da população curitibana. Porém, tirando uma estreitíssima faixa de trabalhadores especializados o padrão de vida dessa imensa maioria não foi afetado.

Muitos dos que já viviam no arrocho, arrochados continuam.

Muitos que não estavam regularmente registrados no arrocho, agora passam a ser arrochados regularmente.

O 1.º de maio, data de encontro tradicional entre os demagogos e os trabalhadores está à vista. E o governo estuda a concessão de novo salário-mínimo, "que não afete o combate à inflação"; quer dizer, pretende tirar o pelo dos trabalhadores mais uma vez, embora lhes dê quatro a cinco por cento a mais no ajuste.

Não é necessário conhecer o direito para dizer que as leis sociais constituem, principalmente, a forma pela qual o Estado traduz suas normas de ação referentes à Política Salarial Privada.

Como o Estado vê e prevê objetivos a serem atingidos no plano social, através da remuneração das classes trabalhadoras.

Hoje, as leis sociais devem traduzir os objetivos do novo governo brasileiro. Devem mostrar se são confiáveis ou não as manifestações de "abertura democrática" vindas da área do Governo Figueiredo.

Tanto quanto as reformas jurídico-institucionais que estão em pauta, sob a iniciativa dominante do governo federal, as leis sociais estão à espera de profundas mudanças, para que abram o acesso à democracia social, às amplas massas de trabalhadores brasileiros.

Os homens conscientes deste País esperam que o governo federal mostre no concreto como vê a questão da democracia, e se sua visão deixou de ser da minoria espoliativa e predatória, para ser uma busca de compatibilidade entre as classes e camadas sociais que produzem a riqueza deste País.

O Movimento Democrático Brasileiro, por suas bases mais ativas e firmes, somente poderá estabelecer um diálogo com o governo; somente poderá avaliar na mesma mesa que o governo o caminho para a retomada do desenvolvimento econômico, se o desenvolvimento social for visto paralelamente.

Somente consideramos que existe desenvolvimento se for da Nação como um todo; se for desenvolvimento econômico-social.

A sucessão de manifestações de classes e categorias profissionais, com a evidência de algumas greves, nos mostra o quanto estão os trabalhadores desesperados com os frutos do "milagre brasileiro". Querem sua recomposição salarial, a contenção do custo-de-vida; e o combate à inflação que não implique em novo arrocho salarial, em fechamento das oportunidades de trabalho; em sacrifícios ainda maiores para aqueles que criam as riquezas deste País.

A medida de congelamento de preços não foi seguida de outras medidas necessárias, como a eliminação dos intermediários especuladores dos gêneros alimentícios, através do estímulo à implantação de centrais de distribuição de cooperativas, que possam oferecer às cidades produtos alimentícios baratos. A simples restrição fiscal e de controle às Ceasas e Supermercados não passa de uma cortina-de-fumaça, que contorna o problema real: a intermediação e o atravessamento. A grande verdade é que o governo ainda não se revelou sensível a destacar um programa social, à parte das medidas de combate à inflação. O governo federal ainda não compreendeu a necessidade urgente de formular programas de alimentação popular, saúde, moradia, educação, com ampla

participação das entidades das classes trabalhadoras.

Agora, às vésperas do primeiro de maio, o governo deverá demonstrar se é ou não confiável, de parte dos segmentos sociais e políticos que procura atrair para o diálogo.

E centro de todos esses problemas estão as leis sociais, que tem na base a Política Salarial."

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, dentro do Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupando ontem o horário da Liderança Partidária nesta Casa, este Deputado fez um pronunciamento, abordando a situação difícil em que vive hoje a Universidade Estadual de Londrina.

Pronunciamente que teve a intenção de encontrar o canal de comunicação, entre as partes em litígio, para que se chegue a um ponto de equilíbrio, que fortaleça, particularmente aquela instituição universitária.

E volto a abordar este assunto, com o propósito de esgotar todos os meios ao alcance desta Casa Legislativa, fazendo com que a Comissão Técnica de Instrução Pública assuma realmente o seu papel, promovendo na medida de suas possibilidades, o entendimento salutar que deve existir, para tão bem cumprir todos os dispositivos regimentais que lhe são inerentes. E dentro deste modo de pensar, ainda ontem, formulei apelo, ao Presidente da Comissão de Instrução Pública, nobre Deputado José Antônio Del Ciel, para que reunisse pela primeira vez, na atual legislatura, esta Comissão.

Pretendia eu, como ainda pretendo, analisar a crise da Universidade de Londrina, nesta Comissão especializada. E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, desta tribuna, ainda como membro da Comissão e como Parlamentar, fazer um apelo à Presidência desta Casa, para que formule convite com caráter de urgência, ao Sr. Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, para que esteja presente à reunião da Comissão de Instrução Pública.

E, entendo que a presença do Secretário de Estado da Educação, nesta Casa, ainda no dia de hoje, é profundamente necessária, não só para falar de outros aspectos da educação do Paraná, mas particularmente, para fazer um relato, dialogar e também discutir com os membros desta Comissão, acerca da crise que hoje vive lamentavelmente, a Universidade Estadual de Londrina.

Nessas condições, apelo a Vossa Excelência, Presidente desta Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes, para que formule um convite, em nome deste Poder, ao Secretário da Educação, a fim de que Sua Excelência esteja presente a esta reunião.

E, para ser justo, Sr. Presidente, Srs. Deputado, devo manifestar a minha alegria, porque há pouco assinei a convocação feita pelo Presidente da Comissão Técnica de Instrução Pública, para uma reunião, após a sessão plenária de hoje.

E se ainda me permite Vossa Excelência, Sr. Presidente, e se me permite o eminente Presidente da Comissão Técnica de Instrução Pública, entendo, que poderíamos antecipar o horário da reunião desta Comissão. E a minha sugestão é para que a mesma seja realizada às 16,00 horas, a fim de que tenhamos o tempo suficiente e necessário, para discutirmos com a maior liberdade e com a maior franqueza, os problemas que estão a afligir a Universidade Estadual de Londrina neste momento.

Não posso também deixar de trazer a esta Casa, nesta hora em que devemos colocar o nosso empenho acima de qualquer posição partidária, não posso deixar de trazer a inúmeras manifestações que este Deputado recebeu hoje, de pais de alunos e de Professores da Universidade de Londrina, todos interessados em ver uma solução muito rápida para este pro-

blema. Os pais reclamando aulas para os filhos; os filhos reclamando aulas porque não têm tempo a perder, e os professores, porque querem ver restaurada integralmente a autonomia e a consciência dentro daquela Universidade.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Informo ao nobre

Deputado que já estou procurando entrar em entendimento com o Sr. Secretário da Educação, para ver da possibilidade do atendimento da solicitação do nobre Deputado.

Registramos com muita satisfação a presença em nosso Plenário do Sr. Deputado Federal Osvaldo Macedo.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que hoje, às 17,00 horas, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deverá prestar uma justa e significativa homenagem ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, com a inauguração da sua foto na Galeria dos ex-Presidentes.

Para tanto, convido os Srs. Deputados, funcionários e a imprensa, para comparecer nessa justa homenagem que esta Assembléia presta a esse ilustre Deputado.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo momentos altos da chamada "democracia alternativa".

Oriam tantos termos, "democracia relativa", "democracia social", e acho que parece que vivemos mesmo é numa "democracia alternativa".

E por falar em democracia, a Universidade Federal do Paraná promoveu eleições onde duas chapas, principais, concorreram: uma, de nome "Independência", liderada pelo Professor Constantino Kominos, outra de nome "Universidade Necessária", liderada pelo eminente Professor Adail Sprenger Passos.

E os jornais de hoje, Sr. Presidente, nos dão conta de que o Governo e a Reitoria, penetraram no interesse direto dessas eleições.

E a nota de um dos jornais diz que: "Uma recomendação partida diretamente do Governador Ney Braga, para que todo empenho fosse dado à Chapa Independência, liderada pelo Professor Constantino Kominos à Reitoria da Universidade Federal do Paraná, foi o principal comentário discutido ontem durante a realização das eleições dos Professores da Universidade do Paraná, para o biênio 79/81. A preocupação do Governo que acionou, inclusive, máquina da reitoria, além da própria máquina do Governo, tinha por objetivo desbancar a chapa "Universidade Necessária", cujo representante, era Adail Sprenger Passos, já que, a "Com os Professores e pelos Professores", liderada por Ismael Zanardini, era das mais fracas, e foi esvasiada facilmente.

Acontece, Sr. Presidente, que pelo que consta da imprensa, houve ingerência governamental nos assuntos de economia doméstica da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, buscando apoio, inclusive, usando máquina oficial - segundo a imprensa - porque a Chapa Independência, do interesse do Governo do Estado, estava em jogo.

E só por isso, em virtude disso, a chapa contrária, a chapa da oposição, a chapa "Universidade Necessária" foi esmagada pela máquina administrativa, interna e externa, que chegou a ser vencedora pela curtíssima margem de quatorze votos.

E o que constrange, Sr. Presidente, diz aqui a reportagem: "foram mobilizados professores que há muito não têm participação na Universidade. Inclusive uma professora se afastou do magistério por problema de visão, seja mesmo, segundo um dos professores, em 1963, estava presente nas eleições. Foi um movimento surpreendente, reconhecem alguns catedráticos. E para Emanuel José Happel, da Universidade Necessária, a criação da chapa, de certo modo, foi uma vitória."

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Estado, mais empenhado em processos políticos, mesmo fora de sua competência, mesmo distante das suas atribuições, avança sinais, faz ingerência nas universidades. E aí está mais um capítulo do problema de ensino de nosso Estado, onde a Universidade de Londrina passa por uma fase das mais críticas, das mais hediondas que possa ter em matéria de ensino superior.

E agora, nas eleições da Universidade Federal do Paraná, vemos ingerência até do Governo do Estado, no sentido de eleger aqueles que são uma extensão até do Poder Executivo Estadual.

É lamentável que, quando se fala de democracia, quando se fala de abertura, apenas o que se vê é a chave dessa porta que está aberta, trancada mais do que o normal, mais do que o necessário, ao invés de se encostar a porta e deixar uma fresta, pelo menos; trava-se a porta à chave, com duas voltas, e a fresta que se vê é apenas o buraco da fechadura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos hoje, tratar de um problema dos mais sérios que o Brasil conhece, pois ele retrata o quadro negro em que vive, viveu e viverá nosso País, se medidas sérias, concretas e profundas não forem tomadas pelo Poder constituído. Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da "Educação no Brasil".

Em 08 de setembro de 1970, lançava-se um plano de alfabetização de adultos, que seria executado pelo MOBRAL, mas para compreendê-lo, teremos que nos recordar que o mesmo veio substituir a então Cruzada do ABC, esta financiada pelos Estados Unidos, através de empréstimos, pois a mesma tinha falido dada a inexperiência de seus executores, e a finalidade a que se propunha, que era a de legitimar a nova ordem então vigente, ou justificar a Revolução que se implantava, e ainda a sepultar a experiência da alfabetização e politização do método Paulo Freire, lançada com sucesso anteriormente, pois iria por certo mudar os colégios eleitorais.

Mas vejamos a atuação do órgão governamental chamado MOBRAL, o qual desde já condenamos, porque sua filosofia de ensino tira recursos que seriam destinados ao ensino regular, recursos estes que seriam utilizados para que não tivéssemos adultos a alfabetizar; condenamos ainda, porque ele nasceu como meio e instrumento de uma "ditadura" que prescindiu dos interesses da comunidade; condenamos, pela sua filosofia retrógrada de infantilização e de lavagem cerebral e ideológica, pois só tentou mostrar a grandeza do País, sem ensinar que, desta, o povo está marginalizado e dela não participa.

Em 1970, quando esse órgão foi criado, o Censo indicava a existência de vinte e quatro milhões de analfabetos, de pessoas na faixa etária de até sete anos, para uma população de noventa e quatro milhões de brasileiros.

Em 1978, após oito anos de funcionamento, alegava o MOBRAL ter alfabetizado doze milhões de pessoas, mas notem, a nossa população tinha aumentado para cento e vinte milhões de habitantes, portanto, há necessidade de se aguardar o Censo de 1970, para separar a "realidade" da "fantasia", porque essa deixou de ser esclarecida quando não se permitiu que a Câmara Federal, através da CPI, levantasse esses dados e apurasse as verdadeiras funções do MOBRAL, bem como se as verbas a ele destinadas foram realmente aplicadas na alfabetização do povo brasileiro, principal meta a que se propunha, porque em 1979, sete milhões de brasileiros em idade escolar, ficaram sem escolas, pois os órgãos de alfabetização neste País, sempre, não passaram de meros "cabides de emprego"

aos tecnocratas que desconhecem a realidade brasileira.

Só quem estudou a história da educação do Brasil, pode entender o que realmente está acontecendo atualmente, entre nós.

Nunca, no Brasil, tivemos um projeto de educação popular, ao contrário dos Estados Unidos, onde, desde a chegada dos pioneiros, foi feita a escola pública universal, aqui os portugueses fundavam cidades, erguendo automaticamente uma igreja e um pelourinho, lá nos Estados Unidos os pioneiros erguiam uma escola pública e um banco.

Enquanto os inquisidores portugueses transportavam a inquisição para a colônia, os colonos americanos chegavam ao Novo Mundo para implantar a liberdade religiosa e política. E é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o resultado dessa tradição obscurantista que vemos ainda hoje, explodir a todo momento em nosso sistema escolar: a escola, desde o jardim da infância até às faculdades, mostra-se ao poder público como provável foco de subversão.

Mas, olhando a História, iremos ver que, de 1.500 a 1750, não tivemos sistema escolar funcionando em nosso País, somente existiam dezessete seminários jesuítas, enquanto todos os países da América Latina tiveram suas universidades desde o primeiro século de suas colonizações, a nossa Universidade mais antiga não tem mais que sessenta anos.

Nossas primeiras escolas foram criadas em 1808, quando aqui aportou D. João VI, criando o mesmo, as atuais escolas militares e algumas de artes e ofícios.

Proclamada a Independência, em 1822, foram criadas finalmente, as escolas de Direito de Olinda e a de São Paulo. Portanto, nossas primeiras escolas foram "Superiores", única preocupação do Poder Central até os nossos dias, haja visto que o Ministério da Educação nunca teve um Departamento de Ensino Primário, que viesse atender aos reclamos desse mesmo setor.

Se durante o Império, foram criados Liceus e Escolas Normais, e o ingresso no ensino superior era através de exames preparatórios, nada mudou, pois hoje e no decorrer do tempo, ele foi feito através do exame do artigo 100, do artigo 99, do artigo 91 e agora, do supletivo.

Senhores Deputados.

O Governo não dá escolas, mas faz exames; não educa, mas fiscaliza. E o que é muito pior, o Governo neste País, tem presidido a escola particular comercializada, que tolhe a liberdade do povo brasileiro, quando o mesmo quer se emancipar e faz com que o ensino brasileiro seja como sempre foi, o "Privilégio" de uma elite ou da burguesia nacional.

Se as linhas mestras da nossa tradição continuarem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegaremos ao Ano Dois Mil como a Nação mais obscurantista e inquisitorial do globo. Destruiremos sistematicamente, ao longo de nossa História, todas as renovações pedagógicas desde das "missões", dos Jesuítas.

Estamos, segundo se diz, a ponto de virar "potência", mas todos sabem que no mundo atual, não há potência sem cientistas, e não poderá haver cientista sem educação popular. A ciência é, por outro lado, a resultante intelectual da liberdade política, daí reafirmarmos a necessidade, urgente e premente, de uma "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita", que devolva a todos os patriotas de nossa Nação, a tranquilidade, a paz e os seus legítimos direitos, tão sonhados de há muito pelo povo brasileiro. Nunca uma teoria nova emergiu de um grupo dogmático,

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa nova teoria terá que emergir de uma Assembléia Constituinte, a qual mais uma vez, desta tribuna pleiteamos.

Se quisermos ser potência, temos que destacar uma considerável parcela de nossos orçamentos para implantação de uma escola universal e gratuita, começando por remunerar

condignamente nossos professores, pois é sabido que os mesmos não ganham para sua subsistência, sendo que a maioria não percebe sequer o salário mínimo, e se assim não procedermos, jamais atrairemos para essa função que é fundamental à elite intelectual brasileira.

E, aí é que temos o corpo do delito. Mas quem é o vilão dessa história? Entram e saem Ministros e Secretários de Educação, e ninguém se preocupa com esse descalabro. E de fato não são culpados, representam apenas os temores de pequena elite dominante, apavorada com a educação popular, isto é, com medo da DEMOCRACIA.

O que é necessário se fazer após 479 anos de educação do povo brasileiro, é pegar o vilão pela gola, é criar responsabilidade, é dizer quem é o responsável, o culpado por uma criança analfabeta, e para que isso aconteça, precisamos municipalizar o ensino, e o município ficará responsável direta e com exclusividade da educação de milhares de menores abandonados e delinquentes, mas é evidente que teremos que reorganizar esse sofrido município brasileiro, começando por uma reforma tributária, que devolva ao município seus legítimos recursos, para que o mesmo possa arcar com esse pesado ônus, porque o que hoje assistimos é o município entregando tudo ao Estado e à União, e tendo que pedir, de chapéu na mão, o que lhe é devido por DIREITO, e note que se ele for Situação, se for Governo, terá; mas se for Oposição, estará sempre fadado a jamais ser atendido.

É a afirmação de um Prefeito do meu Partido, que neste exercício não iria receber a "ajuda" da FUNDEPAR, para manutenção do ensino primário, pois é mais fácil devolver ao Estado todos aqueles funcionários que oneram o município, que vir a Curitiba, 10 vezes, para receber uma mingua da ajuda, e mais 10 vezes para prestar conta da mesma.

Pois todos sabem que o município arca com responsabilidade que é do Estado, como pagamentos de auxiliar de cartórios, auxiliares das exatorias de rendas, de professores e diretores de estabelecimentos estaduais (em grande parte) e gasolina para veículos da Delegacia de Polícia, aluguel de prédios para a casa do Juiz, do Promotor, CIRETRAN, etc., e quando vêm buscar recursos do mesmo Governo que ele sustenta, tem que mendigar, durante dias e dias.

Essa municipalização do ensino primário, extingüiria a maior indústria de tráfico de influência administrativa, hoje representada em nosso Estado pela FUNDEPAR, e deveria extingüir também a Associação de Pais e Professores, as quais se criaram em profusão em nosso Estado, dado que elas representam uma "fraude" à Constituição, pois obrigam as famílias de nosso Estado a participarem do pagamento escolar e a assumir responsabilidades que não lhes são devidas, além de fazerem verdadeiros "achques" através da venda de livros, provas escolares e rifas.

Ainda a municipalização do ensino de primeiro grau, seria o indicativo da eficiência administrativa das autoridades e do magistério municipal, e os professores procurariam definitivamente, local determinado para trabalharem, não sendo necessários os males de transferências absurdas, como se fez nesse último ano, onde se obrigou professores de um município a trabalharem em outro, distante até cem quilômetros, sem condições econômicas para poderem cobrir tais despesas, fruto da insatisfação de toda uma classe em nosso Estado.

Por outro lado, é necessário que o Sr. Governador e o Sr. Secretário da Educação, tropecem na rua com as crianças sem escolas, com os menores abandonados e marginalizados pelo ensino, para saberem que não são números estatísticos, pois talvez os mesmos jamais tenham se defrontado com um analfabeto.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite-me um aparte, Sr. Deputado? — (Assentimento).

É com prazer que ouço sua manifestação, e não há me-

nor dúvida de que, no conjunto, a sua exposição é extremamente feliz - povo culto é povo líder. E, efetivamente, a nível de País, a nível de União, de Estado ou de Município, a educação deveria ser a parcela administrativa a receber maior contingente de recursos, para que se possa fazer frente a essa premissa de que povo culto é povo líder.

No entanto, ilustre Deputado, como bem posta foi a colocação anterior, nós vimos que os "quantuns" aplicados à educação e cultura no País, principalmente a partir de 1965, ano a ano vem diminuindo. As dotações orçamentárias para o Ministério da Educação e Cultura, com raras exceções, durante esses anos têm diminuído, atingindo até doze, treze por cento, quando como há dois anos atrás, a 4,8% do orçamento da União. Isto significa uma predisposição para que não haja um debruçar sério sobre o problema da educação no Brasil.

Investe-se em grandes setores. Investe-se cegamente em segurança e outros aspectos, esquecendo-se que, fundamentalmente, seria a educação a receber os grandes recursos que o País haveria de aplicar. E, até neste aspecto, esse Governo nos últimos 15 anos, tem fugido; até à tradição, passando até às determinações da Constituição de 1946, que exigia em artigo especial, um percentual obrigatório sobre os orçamentos da União, do Estado e do Município.

E ainda vou mais longe, ilustre Deputado. A educação popular que foi questionada no início do seu pronunciamento, que clama e reivindica que um dia ela exista no País, dificilmente existirá, Deputado, e dificilmente existirá educação popular no Brasil, porque ela é tendenciosa, a educação que se pratica, ela é elitista e demonstra o modelo concentrador que existe no nível econômico, social, político e cultural deste País.

Por que? Porque homens de expressão como Paulo Freire e Aluísio Teixeira, e fico só com Paulo Freire neste aspecto, hoje estão em outros países servindo à ONU, à UNESCO, e outros órgãos da Organização das Nações Unidas, não servindo ao País, expulsos desta realidade brasileira. Ele que serve em outras pátrias, para democratizar a educação e para torná-la bem popular.

Desta maneira, e fazendo com que a inteligência desta estirpe e desta qualidade vão servir a países estrangeiros, jamais o Brasil terá condições de ter realmente lideranças, porque faltar-lhe-á cultura necessária.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o aparte do nobre Deputado Nilton Friedrich, que veio abrilhantar a nossa exposição.

Mas prossigo, Sr. Presidente. Temos na realidade é que criar uma consciência nacional a respeito desse problema, porque se a meta prioritária, como afirma o Governo do nosso Estado, é o "homem", apesar de nele não acreditarmos, pois o mesmo, quando Ministro da Educação, onde tinha como material a ser burilado exatamente o "homem", relegou o mesmo a segundo plano, principalmente aqui em nosso Estado, haja visto que deveria ter federalizado nossas três Universidades do interior, e foi federalizar a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e esqueceu do seu Estado.

Está na hora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de levantarmos o problema e buscar as soluções reais para: resolvê-lo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Estamos ouvindo atentamente Vossa Excelência a discorrer sobre a ação do dinâmico Governador Ney Braga, quando Ministro dos Negócios da Educação do nosso Brasil.

E vemos que Vossa Excelência, um homem culto, um jovem dinâmico e combativo, deixa muitas vezes de observar o trabalho dos homens que verdadeiramente trabalham pelo seu Estado e por sua terra.

Talvez Vossa Excelência não esteja a par do que o grande e atual Governador Ney Braga fez pelo Paraná quando Ministro, quando Governador do Estado, quando Deputado Federal, como Prefeito de Curitiba, voltado exclusivamente para o bem estar de nossa terra e de nossa gente.

Apenas para rememorar, Ney Braga quando Ministro dos Negócios da Educação do nosso querido Brasil, trouxe ao Paraná inúmeros benefícios, que se necessário for traremos apenas para elucidar aos seus amigos, a Vossa Excelência, aos seus companheiros e aos homens que precisam ver o que não querem ver; aos surdos que precisam ouvir o que não querem ouvir. Porque Ney Braga carregou ao Paraná benefícios incommensuráveis, dinheiro ao povo, aplicando em benefício do próprio povo, em núcleos polivalentes, em escolas, amparando o nosso povo, amparando principalmente o povo das pequenas comunas, talvez ignoradas por Vossa Excelência que só pensa em alto nível, que só pensa em faculdades.

Ney Braga ao carrear benefícios para que se desse condições ao grande Governador Canet Júnior, de proporcionar ao Estado do Paraná, como obrigação de Chefe do Poder Executivo, mais de 100 mil salas de aula; de proporcionar todos esses concursos para estabilizar o professorado paranaense. Ney Braga acaba de dar um testemunho ao fazer retornar as professoras para a sua origem.

E não podemos admitir que Vossa Excelência, com o seu dinamismo, com o seu brilhantismo, e sem bajular o nosso Governador que é o Governador de todos os paranaenses, venha a atacá-lo, talvez por um problema que pudesse ser resolvido por falta de amparo. Digo a Vossa Excelência que não vai nisso bajulação ao atual Governo, mas que se faça justiça. Apenas justiça é o que pedimos. Vossa Excelência rememore o Paraná antes de Ney Braga; rememore o Paraná após Ney Braga, e após a Revolução de 64; rememore e faça justiça da sua tribuna.

Muito obrigado, e quero dizer a Vossa Excelência, que Deus abençoe o Brasil e que tenha um novo Ministro da Educação do gabarito do nosso querido companheiro e atual Governador do Estado.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Gabriel Manoel, nós é que agradecemos o seu aparte, e temos a lhe dizer que um homem quando exerce um cargo executivo, não faz nada mais do que obrigação, de realizar suas obras, e Ney Braga faltou com a obrigação com o povo do Paraná, quando era Ministro da Educação, porque não federalizou a Universidade de Londrina, de Ponta Grossa e de Maringá, e ele tinha poderes para isso. É isso que eu me referi aqui no meu pronunciamento.

Mas prossigo, Sr. Presidente.

Se não bastasse o agravamento da situação do analfabetismo, temos uma péssima qualidade de ensino, e é com regularidade que chega a nos irritar, que vemos os jornais, revistas e até mesmo a televisão, noticiarem besteiras escritas por estudantes em trabalhos escolares e em particular nas provas de língua nacional.

E todos nós somos chamados à atenção aos disparates, à pobreza de linguagem, à ignorância, à incapacidade de articular melhor as idéias. Tudo isso como se fosse uma doença de nossos estudantes.

Ninguém se lembra que esse é um problema de nosso ensino mal dirigido, mal conduzido, porque aqueles que jamais olharam a juventude com bons olhos, mas fizeram do ensino uma máquina produtora de recursos, para o seu próprio enriquecimento ou para proteger os interesses dos grandes grupos nacionais, vejam os cursinhos que estão a proliferar neste Estado e nesta Nação. Transformaram o nosso professor em um burocrata subordinado ao regime político vigente. Exigindo-lhe desde o atestado ideológico até a filiação partidária.

Colocou-se a educação universitária a serviço dos grandes grupos econômicos, elitizou-se o ensino, acabou-se com sua gratuidade.

E o que dizer do ensino chamado profissionalizante?

Voltaremos oportunamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados a esta tribuna, para analisar o ensino profissionalizante do Estado do Paraná.

Dito isto, só temos a lamentar que o quadro negro da Educação em nosso País só se transformou em verde para esse Governo, que não representa os anseios populares, porque não teve o seu aval que é o voto livre e democrático.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento) Ouvimos atentamente o seu pronunciamento, nobre Deputado, e também o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel, e ouvimos anteriormente, o pronunciamento do Deputado Airton Cordeiro, quando se fala no ex-Ministro Ney Braga, muitos não querem aceitar a posição assumida pelo atual Governador quando Ministro. Acontece que para o Ensino do Paraná pouco foi feito, e principalmente para aqueles que participam diretamente desse ensino. Hoje no Paraná, por exemplo, nós temos serventes, zeladoras de escolas, ganhando 700 cruzeiros por mês e trabalhando oito horas por dia.

No episódio do movimento dos professores de Londrina, nós tivemos o ex-Governador com os braços atados, sem nenhuma participação, sem nenhuma atuação também do ex-Ministro da Educação.

Comentava há pouco o nobre Deputado Airton Cordeiro, com relação ao episódio de Londrina, do HU da Universidade, que ele teria recebido inclusive cartas e telegramas de filhos que querem aula e que querem estudar, e de pais que estão apreensivos.

Os filhos geralmente querem estudar, os filhos querem aulas sim, mas não neste regime de força, de medo, de ameaças, de delação. E na passeata e na concentração da última segunda-feira, onde estivemos ao lado dos Deputados Valdyr Pugliesi, Del Ciel e José Tavares, tivemos a oportunidade de observar os pais e as mães, porque há intranquilidade gerada nas salas de aula e cirurgia, se transporta para os lares. E os pais e mães vão à praça pública ao lado dos filhos.

Então, entendo que uma Universidade é a consciência da Nação. Mas em Londrina, esta filosofia está totalmente deturpada. E nós já cobramos desta tribuna e cobramos mais uma vez do atual Governador e ex-Ministro da Educação, uma tomada de posição com relação aos episódios que estão ocorrendo em Londrina, de afastamento de docentes, do cerceamento do livre direito de pensar e de agir.

O Sr. Governador, pela passagem que teve como Ministro da Educação, tem por obrigação estar a par dos problemas e tentar solucioná-los; porque os teleguiados continuam agindo, os subservientes, os herdeiros do poder continuam com seus desmandos e a população de Londrina está a clamar do atual Governador, ex-Ministro da Educação, uma tomada firme e coerente de educação, com relação aos acontecimentos da Universidade de Londrina.

Obrigado, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado, Vossa Excelência em seu aparte, só vem a dizer as verdades de quem sente, realmente os problemas de Londrina. Porque conhece, convive lá com seu povo.

Vossa Excelência é o testemunho vivo e correto do que se passa na pujante Capital do Café.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Inicialmente, desejo congratular-me com Vossa Excelência pela oportunidade de trazer um assunto que, realmente, tem importância no Brasil.

No período dos quinze anos, nobre Deputado, que começou em educação queimando-se livros, isto a bem da verdade.

E diga-se isto, a bem da verdade, o Ministro da Educação Sr. Ney Braga, começou a sua fase na Revolução, queimando livros em praça pública.

Mas se falou aqui, Sr. Deputado, em aparte a Vossa Excelência, que os surdos não querem ouvir. Vou trazer um assunto do MOBRAL, dos cegos. Tenho em mãos aqui, Sr. Presidente, uma ordem de fornecimento de um óculos, porque o MOBRAL está distribuindo óculos, e seria uma iniciativa louvável para aqueles que não enxergam, os que têm deficiência visual e que querem aprender a ler. Então o MOBRAL iniciou uma campanha fornecendo óculos. Mas veja Vossa Excelência, aí a deturpação, se deve louvar, é uma iniciativa boa, até humana, mas veja Vossa Excelência, a deturpação dos órgãos oficiais deste Governo, do populismo que está se instalando, da demagogia, do paternalismo e da corrupção neste País.

Tenho em mãos uma ordem, e se for preciso, trarei centenas, da corrupção eleitoral que se instalou neste Estado, através do MOBRAL.

Aqui está a ordem, do dia 08 de outubro de 1978, fornecida na cidade de Pato Branco, não de um aluno do MOBRAL, mas de uma moça, professora, de vinte e oito anos. E mais o seguinte, Sr. Deputado, agora para se conseguir óculos, no Interior, as pessoas alfabetizadas dizem ser analfabetas e entram no MOBRAL para conseguir óculos. Depois que os têm, desistem do MOBRAL.

Este é o organismo instituído, infelizmente, pelo nosso Governo, para alfabetizar os adultos. Organismo que tira, Sr. Deputado, e isto é verdade, que tira centenas de milhões de cruzeiros daqueles menores que realmente precisam de escola, como é o caso dos sete milhões de menores da faixa de sete anos, que ficaram 1978, 1979, sem matrículas. Sete milhões de brasileiros ficaram sem matrículas, pela deficiência do ensino primário.

E se gasta dinheiro com pessoas que se dizem analfabetas. Um nobre Deputado desta Casa, sempre disse que apresentasse a ele alguém que, através do MOBRAL conseguisse ser alfabetizado, mudado de vida, em função do MOBRAL, trouxesse um para confirmar a regra, porque este seria exceção. Porque, regra geral, Sr. Deputado, é esta: de que o Governo tem que ser prático; se infelizmente esta pessoa não conseguiu ser alfabetizada na idade apropriada, se está com uma terapêutica curativa e a educação do povo deve ser feita preventivamente, ou seja, educar a criança na idade escolar efetivamente.

Se os milhões que são carreados para o MOBRAL fossem destinados ao ensino fundamental, de primeiro grau, a criança não haveria necessidade de alfabetizá-la depois que se torna adulta, que é analfabeto. Esta é a verdade. E este é o ponto básico da ineficiência, da ineficácia, de que o MOBRAL não leva a nada; e mais o seguinte, Sr. Deputado, o MOBRAL registra no Congresso Nacional, uma passagem triste, que se constituiu uma CPI para apurar as irregularidades do MOBRAL; e esta CPI não chegou à conclusão; foi dissolvida. Quando começaram a aparecer gritantes irregularidades que apontavam o desvio de milhões e milhões de cruzeiros desviados pelo MOBRAL.

Porisso me congratulo com Vossa Excelência, porque traz um assunto realmente palpitante, e um assunto que infelizmente não tem ajudado a educação no Brasil; tem apenas atrapalhado; tem apenas tirado recursos da educação; e recursos como Vossa Excelência bem expôs e analisou, estão sendo destinados para outros fins. E não para a educação.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu

pronunciamento.

O SR. DARCY DEITOS — Obrigado.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado, estou atento ao seu pronunciamento. Se bem que eu discordo em parte do pronunciamento que Vossa Excelência faz da tribuna neste momento, porque entendendo o Governo não como um Ministério da Educação nem como Ministério da Justiça; mas num todo.

E nós, brasileiros, que fazemos parte desta Nação, estamos vendo, é o crescimento do império "yankee", a depredar as nossas riquezas, a depredar as nossas economias e a acabar com as nossas riquezas naturais; e o império "yankee", chama isso de concessões. Faz parte de um todo, as falhas que um ex-Ministro da Educação, Ney Braga, cometeu como Ministro: a não federalização das Universidades do Estado do Paraná. Estamos vendo o povo descapitalizado, nós estamos vendo o MOBRAL como a anti-educação e a quebra do costume do povo brasileiro; nós estamos vendo o modelo econômico falido, porque ainda, e quem conhece a História e quem não conhece é só virar a página da História e voltar aos idos de 1963, quando o grande brasileiro, nacionalista, Leonel de Moura Brizola, defendia a nacionalização e a estatização das sociedades que eram permissionárias e concessionárias de serviço público. E naquele tempo apareceu o Sr. Galotti, que era o representante das multinacionais: da Light, da I.T.T., como sendo o defensor daquelas entidades concessionárias e permissionárias de serviço público. E foi o mesmo Galotti que agora, foi o homem que fez o negócio, se assim podemos chamar de negócio, a venda da Light ao governo brasileiro em 1978.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, faz parte de um todo a falência das instituições do Brasil; amordaçado o povo brasileiro, está sentindo a fome rondando os seus lares, onde os grandes responsáveis, onde a responsabilidade está naqueles que propuseram a defesa da Constituição, naqueles que se propunham a defender a Constituição contra as ditaduras de esquerda e as ditaduras de direita.

Portanto, Sr. Deputado

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que o seu tempo está esgotado. Entretanto, dentro do horário reservado ao MDB, consulto à Liderança se o nobre Deputado poderá permanecer na tribuna dentro do horário reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, nós autorizaríamos 3 minutos para conclusão do Deputado que está na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Questão de ordem, Sr. Presidente, amparado no art. 198 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não vê motivo de questão de ordem.

Com a palavra o nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência poderá concluir o seu aparte.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Portanto, nobre Deputado, parabéns-me com Vossa Excelência pela maneira com que conduziu o seu pronunciamento, se bem que discordo de olhar para as pessoas, quando no nosso entendimento, devemos olhar para o todo, que é o sistema e o regime que aí estão. Era este o meu aparte e a minha participação. O SR. DARCY DEITOS — Nós agradecemos o aparte do nobre Deputado, mas, para concluir, quero dizer que o MOBRAL, que tem o seu órgão centralizador em Brasília, a consumir verbas vultosas dos cofres públicos, deixa os encargos da alfabetização para os municípios, espoliando mais uma vez o povo brasileiro.

É isto que eu quis criticar hoje, aqui, a este falido movimento de alfabetização do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente para registrar um evento político-partidário ocorrido na tarde de ontem em Brasília, quando o Senador, eleito diretamente pelo povo das Alagoas, o bravo Senador Teotônio Vilella, filiou-se ao MDB.

Eleito pelo Partido do Governo, aquele homem público, um dos notáveis tribunos desta legislatura, deixou as hostes do Partido Oficial e passou corajosamente para o Partido da Oposição.

Como bem disse Teotônio Vilella, “não mudarei a atuação, mas apenas de tribuna”.

Ao subir, de hoje em diante na tribuna do MDB, Teotônio Vilella o fez baseado em alguns princípios que têm sido efetivamente cumpridos pela legenda da Oposição, legenda que agrega tendências ideológicas diversas, mas que tem como fator comum o aspecto liberal dos homens que buscam a implantação do estado de direito.

Ao subir agora na tribuna da Oposição, sentirá Teotônio Vilella a sensação diferente daquilo que existia dentro da Arena. Porque, como bem afirmou o Senador pelas Alagoas, não podia e tinha seus passos cerceados, porque seu Partido tinha que, sistematicamente, acatar a imposição e o autoritarismo que o Executivo implantava, implantou e implantará.

E por que não acreditar nas intenções do Governo de fazer, efetivamente, uma abertura democrática, preferiu passar para a Oposição, onde, em campo limpo, em campo aberto, combaterá basicamente, as idéias liberais que possui.

Por isso, Sr. Presidente, é com grata satisfação que hoje registramos, como se registra em todo o País, nos Parlamentos onde o MDB tem representação, a presença desse homem público na bancada do Senado pela legenda do MDB.

Realmente, é um ato corajoso e ato de extremo idealismo, para quem, deixando as benesses do poder, para quem deixando os favores peculiares ao partido situacionista, prefere a escalada difícil e íngreme da Oposição; para quem, deixando o conforto e até o comodismo, prefere a luta abnegada e sacrificada da Oposição.

Por isso, Sr. Presidente, nos jubilamos e nos sentimos satisfeitos, porque um homem da envergadura moral e intelectual, de um preparo altamente qualificado, como é Teotônio Vilella, ao tomar uma decisão dessas, o faz baseado principalmente na posição assumida, na última semana, por outros bravos brasileiros, por um Severo Gomes que já foi Ministro deste Governo, e teve também a dignidade, Sr. Presidente, de renunciar o Ministério quando viu que suas idéias liberais colidiam com o autoritarismo que há 15 anos está instalado nesta Nação.

Manifesto assinado, na última semana, por Rafael Almeida Magalhães, um dos líderes civis que empolgaram o Movimento de 64, e mesmo quando vice-governador de Carlos Lacerda; de um General Euler Bentes Monteiro, que representam as contra-elites desta Nação.

Por isso, Sr. Presidente, registramos nesta oportunidade, com satisfação, a presença nas hostes emedebistas, do bravo Senador pelas Alagoas, Teotônio Vilella.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre líder Nilso Sguarezi, com referência ao grande Senador Teotônio Vilella, podemos muito bem falar: somos alagoanos e conterrâneos daquela ilustre figura brasileira.

Teotônio Vilella, que no Estado de Alagoas foi Deputado Estadual, vice-Governador, chegando a assumir o Governo do Estado; Senador pela segunda vez, é exatamente este ponto que queremos chegar: que o MDB hoje, tem a alta responsabi-

lidade, nas próximas eleições para o Senado da República, reconduzir Teotônio Vilella para lá. Porque, se não, vai desfalcado todo o Nordeste, principalmente o Estado de Alagoas, de uma das maiores culturas do Senado brasileiro.

Teotônio Vilella, para nós arenistas, foi uma grande perda, porque muito bem o conhecemos, sabemos de sua capacidade, de seu idealismo, de sua inteligência e de seu trabalho em benefício de todo o povo brasileiro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado, agradeço a colocação de Vossa Excelência.

O MDB muito bem sabe dessa responsabilidade. E o MDB de Alagoas espera não fazer o que a Arena do Paraná, nobre Deputado, fez ao não conduzir ao Senado, o bravo, culto, dinâmico e letrado Accioly Filho que, por não ter condições de disputar dentro de seu partido, foi simplesmente aliado do Congresso Nacional. E em seu lugar, para tristeza e vergonha deste Estado, assumiu a cadeira honrada de Accioly Filho, o “biônico” do Paraná.

Respondo nestes termos e inflamado, o aparte de Vossa Excelência. E saiba que o MDB de Alagoas, pela palavra do seu representante, Deputado Costa, assumiu solenemente este compromisso de reconduzir o bravo Senador pela Alagoas, para o Congresso Nacional.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu acho que nesta saída do Sr. Teotônio Vilella para o MDB, não há perdedores nem ganhadores.

Alagoas é um Estado pequeno e que tem dado, ao longo dos anos, talvez, as figuras políticas mais audazes deste País e agora, novamente, o Sr. Senador Teotônio Vilella tem a coragem de sair da Situação e para a Oposição.

Acredito que todos nós ganhamos, inclusive a própria Arena, porque houve uma definição e, quando a imposição do Senador Teotônio Vilella, é, ao nosso Partido, é apenas que, se lhe possibilite liberdade de expor suas idéias, ele dá, na verdade, um ensinamento magistral a todos nós políticos da Situação e da Oposição.

Porque, quando pudermos realmente ter liberdade de expor as nossas idéias, estaremos chegando à democracia, e este País estará então, sendo realmente do brasileiro, do povo brasileiro, das idéias brasileiras.

Por isso não entendo como perda ou como ganho. Acho que todos ganhamos pelos ensinamentos que este fato trouxe a todos nós políticos brasileiros.

Agradeço o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Consulto à liderança da Arena se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

Porém, antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, esta Presidência quer registrar, com satisfação, a presença neste Plenário, do Sr. Luiz Camide, Prefeito Municipal de Goioerê, do Jorge Yamawaki, Vereador de nossa Capital. Esta Presidência deseja também comunicar aos Srs. Deputados, que, atendendo apelo feito nesta tribuna, pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro, esta Presidência entrou em contato com Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação e Cultura do nosso Estado, e Sua Excelência deverá comparecer a esta Casa, especificamente na Comissão de Instrução Pública, na tarde de hoje, às 16:30 horas. Assim, levamos ao conhecimento dos Srs. componentes e do Sr. Presidente da Comissão e demais Srs. Deputados, da presença do Sr. Secretário da Educação e Cultura deste Estado, nesta Casa, às 16:30 horas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte. O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com grande emoção que ocupo, pela última vez nesta Legislatura, a tribuna desta egrégia Casa.

Eleito Deputado Estadual pelo povo de Umuarama e região, não poderia deixar de retribuir a confiança em mim depositada, pela comunidade que represento.

Chamado a assumir a Prefeitura daquele Município após a crise que é do conhecimento de todos e que resultou na renúncia do Prefeito, não posso me furtar ao cumprimento deste dever.

Estou convencido que a solução finalmente encontrada, de comum acordo com o Governo Ney Braga, juntamente com o meu Partido, é a que melhor atende aos interesses da coletividade, representada tanto pela população de Umuarama, como pelo funcionalismo municipal, dramaticamente envolvidos nas consequências desse episódio, resultado das incompreensões e divergências tão comuns em nossos costumes políticos.

Como todos sabem, relutei bastante em tomar esta decisão final. Apesar dos prejuízos de ordem pessoal que envolvem a minha renúncia ao cargo de Deputado Estadual, e o meu afastamento de Curitiba, esta não foi fácil.

Em nenhum momento a causa de minha resistência e os motivos dos entendimentos prévios que tive de manter com o Governador Ney Braga, outras autoridades estaduais e liderança do meu partido.

Em virtude de informações desencontradas e até mesmo antagônicas sobre a verdadeira situação da Prefeitura de Umuarama, era natural que eu tivesse o cuidado de realizar um levantamento metódico da realidade. Examinar todas as circunstâncias, prever todos os desdobramentos da crise e antecipar providências e medidas capazes de assegurar à minha comunidade, um clima de paz, tranqüilidade e equilíbrio administrativo no futuro.

Enfim, as garantias mínimas para que o sacrifício pessoal que desde a primeira hora decidi aceitar, em benefício do povo de meu município não fosse em vão.

Felizmente, temos à frente do Governo do Paraná, um homem público do estofado do Governador Ney Braga. De S. Ex.^a recebi todo o apoio, no sentido de assegurar à Prefeitura de Umuarama, os recursos indispensáveis à continuidade dos serviços administrativos abalados pela crise.

Renúncio à minha cadeira de Deputado Estadual, para assumir o cargo de Prefeito da minha cidade, do meu município, com a consciência tranqüila. Acredito que no período em que aqui representei o seu povo, o fiz com dignidade e espírito público.

Deixo, entristecido, o convívio desta Casa, dos companheiros, Deputados da ARENA, dos companheiros, Deputados do MDB, com os quais muito aprendi sobre convivência política, sobre os problemas do meu Estado, sobre o significado da missão parlamentar no regime democrático.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a V. Ex.^a.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Pois não. Tem o aparte, V. Ex.^a.

O Sr. Airton Cordeiro — Senhor Deputado Tuguio Setogutte, no momento em que V. Ex.^a sobe à tribuna, para manifestar o ato de renúncia ao mandato de Deputado Estadual, como um companheiro de V. Ex.^a, como amigo de V. Ex.^a, quero, neste instante, dizer a V. Ex.^a que se existem Prefeitos por este Paraná que têm necessidade do apoio político de Deputados Estaduais, eu tenho certeza que o Paraná vai ter a partir de amanhã, um Prefeito de um de seus 290 municípios, que vai ter o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, pela consideração que V. Ex.^a merece de todos nós, pela amizade, pelo companheirismo que V. Ex.^a soube cultivar, com tanta grandeza, com tanta dignidade, com tanto espírito público, e nós que passamos pela mesma prova que V. Ex.^a passou, percorrendo municípios, buscando apoio para ganhar uma eleição, compreendemos em toda a sua dimensão, o drama que viveu V. Ex.^a nesses últimos dias, mas este drama vivido por V. Ex.^a, e que foi vivido

também por todos nós amigos e companheiros, será recompensado tenho eu certeza, por um trabalho que será realizado em Umuarama e tenho, também, a convicção de que com a sua capacidade, todas as dificuldades hão de ser vencidas.

Deixo, neste instante, o meu posicionamento pessoal de parlamentar, desejando a V. Ex.^a toda felicidade, a mesma felicidade que gostaria eu de ter no exercício de uma função tão importante quanto a que V. Ex.^a assume, amanhã. E tenho certeza, porque todos os companheiros que ouviam V. Ex.^a, com atenção, nesta hora, aqui estarão, permanentemente, nesta Casa, vendo em Tuguio Setogutte, não o Prefeito de Umuarama mas, o companheiro querido e amigo que, nesta Casa, em pouco tempo, granjeou a amizade que é o maior patrimônio que o homem pode ter.

Seja feliz V. Ex.^a e conte com o apoio de seus companheiros, nesta Casa.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Eu agradeço...

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Ex.^a me concede o aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tuguio Setogutte, queira V. Ex.^a, em nome da bancada do MDB, receber os cumprimentos pelo gesto corajoso, altruísta, que V. Ex.^a assume, neste momento. Como bem disse o orador que me antecedeu — o curto espaço de tempo foi suficiente para que V. Ex.^a se revelasse à Casa como homem público portador de alto senso de responsabilidade, homem de fácil comunicação, granjeou amizades, não apenas dentro da bancada da Aliança Renovadora Nacional mas, principalmente, no MDB. Todos nós passamos a admirá-lo, passamos a respeitá-lo; e saiba V. Ex.^a que com esse gesto, o respeito por V. Ex.^a será maior, porque bem sabemos das dificuldades que o nobre Colega irá encontrar.

Formulo, daqui, em nome da bancada, em nome da minha bancada, os votos de um Governo próspero, feliz e que consiga implantar e restabelecer, na comunidade de Umuarama, a tranqüilidade, a concórdia, o respeito, a regularidade da coisa pública e formulo, também, em nome do Deputado Romero Filho que me pediu, a certeza de que V. Ex.^a terá, no que couber, no que respeitar ao Movimento Democrático Brasileiro, a solidariedade e a certeza de que tudo que for necessário para o engrandecimento daquela comunidade, V. Ex.^a poderá contar com a bancada do MDB.

Finalmente, eminente Deputado, que V. Ex.^a, ao conviver aqui por este espaço de tempo, leve, desta Casa, o mesmo ânimo democrático que o inspirou neste período para que, na gerência do Município, do Executivo de Umuarama, mantenha V. Ex.^a a isenção de ânimo que é peculiar aos homens do legislativo, a fim de que a Câmara Municipal de Umuarama possa levar a cabo a tarefa de fiscalizar e apurar todas as denúncias e irregularidades ocorridos e que ocasionaram a crise, sem entrar no mérito do que possam dar essas investigações. V. Ex.^a, como membro do Legislativo, tem esta responsabilidade a mais de permitir que o Legislativo de Umuarama se auto-affirme, possa, efetivamente, dar cumprimento à sua finalidade constitucional e, por isso, nobre Deputado, meu abraço em nome do MDB, receba o respeitoso cumprimento que V. Ex.^a se torna merecedor.

Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silverio — Nobre Deputado Tuguio Setogutte, embora o nosso eminente vice-Líder da bancada, Deputado Airton Cordeiro, já tivesse se expressado e eu creio que com o assentimento de toda a bancada, não poderia me furtar, nesta oportunidade, de fazer sentir a V. Ex.^a que nestes quase três meses de convivência diária que tivemos, cimentaram uma amizade indestrutível, um vínculo indestrutível também entre V. Ex.^a e a bancada da ARENA, nesta Casa.

Nós sabemos da importância e dos espinhos da missão

que lhe está reservada. Nós, tanto quanto V. Ex.^a sabemos das dificuldades que irá encontrar na gestão prefetural, no término do mandato da Prefeitura de Umuarama. Mas também nestes três meses aprendemos a conhecer o espírito público do Deputado Tuguio Setogutte, a sua honestidade de propósitos e o brilhantismo da sua atuação parlamentar. Esses atributos dão-nos a certeza de que V. Ex.^a saberá corresponder aos anseios do povo de Umuarama, a confiança do povo de Umuarama que já por duas vezes manifestou a V. Ex.^a a aprovação do seu nome.

Saberá também, tenho toda a certeza, corresponder a grande esperança que na atuação de V. Ex.^a depositam os homens da ARENA do Paraná, desde o Governador do Estado ao mais humilde Vereador do mais distante rincão do Paraná. V. Ex.^a é homem da ARENA em Umuarama; V. Ex.^a terá que ter o apoio indistinto de todos os nossos companheiros, para que possa com bom êxito levar adiante uma missão difícil, espinhosa e não parodiando, mas uma missão quase impossível, não parodiando aquele filme seriado de televisão, mas uma missão quase impossível. V. Ex.^a conte com o nosso apoio, com o apoio da bancada da Arena, porque o apoio do Governo do Estado V. Ex.^a já tem. E sabe que à frente dos destinos do Governo, encontra-se um homem vivido, experimentado, canchado na vida pública, cuja vida de administrador foi pontilhada de sucessos, desde a Prefeitura de Curitiba, à sua passagem por Ministérios, pelo Governo do Estado uma vez e agora repetirá, repetirá não, suplantará sua performance de primeiro Governo.

V. Ex.^a sabe que vai contar com a experiência desse homem, para que V. Ex.^a leve a cabo a árdua e espinhosa missão a que se propõe.

Leve V. Ex.^a os nossos votos de felicidade e leve V. Ex.^a também a certeza que deixará um vazio nesta Casa pela afabilidade de trato, pelo companheirismo, e pela camaradagem que soube granjear entre os seus colegas de bancada e seus colegas de Poder Legislativo.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado.

O Sr. José Domingos Scarpellini — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, que usa da tribuna neste momento, em sua despedida à Casa e ao Poder Legislativo do Estado do Paraná. Em 1977, um outro Deputado, nosso colega aqui esteve também e fez uso da tribuna para renunciar o seu mandato. Foi o Deputado Cioni Neto, que renunciou o mandato de Deputado para assumir a Prefeitura de Umuarama.

Hoje, V. Ex.^a cumprindo um dispositivo constitucional e legal vai à tribuna num gesto de grandeza repetir a história o que Cioni fez. V. Ex.^a renuncia o seu mandato de Deputado, para assumir a Prefeitura Municipal de Umuarama que está acéfala, necessitando da sua presença e do apoio Governamental e do apoio deste Poder Legislativo.

Umuarama e o povo do Paraná saberá reconhecer o gesto de grandeza como está reconhecendo, que V. Ex.^a pratica a favor do povo e a favor da Constituição e o respeito às Leis desta Nação e de nosso Estado. Portanto, nobre Deputado, o pouco convívio que tivemos com V. Ex.^a, mas pela grandeza de espírito que pudemos notar nos dias que V. Ex.^a por aqui passou, nos dias que conosco conviveu, deixamos depositada em suas mãos, a confiança não só da bancada do MDB, não só da bancada da ARENA, mas pedimos que Deus abençoe a administração que V. Ex.^a se propõe a fazer, porque realmente, o Paraná e Umuarama precisa dos seus préstimos e do seu espírito público, que V. Ex.^a nesta tarde, dá testemunha e prova.

São essas as nossas palavras, Sr. Deputado.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tuguio Setogutte, eu diria inicialmente, o homem certo, para a hora certa.

Muitos brasileiros talvez até mesmo do Partido da Oposi-

ção, pudessem neste momento, ocupar a direção dos destinos de Umuarama; muitos políticos talvez pudessem melhorar a crise que invade o nosso povo querido de Umuarama. Mas nenhum deles, nobre Deputado Tuguio Setogutte, nenhum deles haveria de dirigir os destinos daquela terra e daquela gente, com a experiência que V. Ex.^a já tem.

Tuguio Setogutte, o Vice-Prefeito de Umuarama, em uma época que eu tive o prazer e a satisfação de acompanhar os seus passos durante a sua campanha, como Vice-Prefeito, tive a felicidade de privar intimamente com V. Ex.^a como Vice-Prefeito que juntamente com o Prefeito da época, me delegou por iniciativa sua e dele, os destinos de Umuarama por dois anos, como seu representante na Assembléia Legislativa, esta felicidade eu devo a V. Ex.^a. E a oportunidade de conhecê-lo bem desde então até aqui. Tuguio Setogutte, meu sonhado colega como parlamentar, sonhado por mim, desde os primeiros dias que eu assumi a direção, com a representação teórica, como parlamentar de Umuarama. Porque sempre foi o meu desejo, que V. Ex.^a viesse para esta Casa de Leis, no devido lugar, como representante daquele povo.

E V. Ex.^a por seus méritos para cá veio. Demonstrando através de uma repetida votação, significativa nas eleições, para Prefeito como Vice, e para Deputado Estadual em 15 de novembro último.

E maior foi a felicidade nobre companheiro Tuguio, quando aqui, em algumas oportunidades que eu pude experimentá-lo, o companheiro singular que eu tive em V. Ex.^a, o homem firme, em atitudes sempre sobejamente coerentes e leais. V. Ex.^a volta para Umuarama, volta para Umuarama e eu sei e direi agora, com o sacrifício da sua própria família.

Porque se neste momento V. Ex.^a estivesse colocando seus interesses pessoais e a vontade própria, sua e de sua família, nestes interesses, não haveria de abdicar, no bem-estar de sua família, pelo bem-estar de seu povo.

E está hoje, V. Ex.^a, colocando o bem-estar do povo de Umuarama acima do bem-estar de sua própria família, nobre Deputado, como uma demonstração a mais, inequívoca, do alto espírito público que invade sua alma como representante daquele povo.

Volta para Umuarama Tuguio Setogutte, o Vice-Prefeito e o Parlamentar, o homem certo na hora certa, porque ninguém, com sua experiência, e ninguém com um coração tão grande, haveria de, nesta oportunidade, ser convocado por seu próprio povo para ocupar, constitucionalmente, um lugar que lhe é devido; para que, num tentativa a mais de seu sacrifício em benefício de seus representados, a ressurreição daquele povo.

Estarei, como sempre estive, nobre Deputado Tuguio Setogutte, a seu lado, a seu dispor, acatando a sua orientação e, sobretudo, seguindo muitos de seus exemplos, a exemplo deste que faz, abdicando de uma posição de destaque da política do Paraná, para representar o povo que para cá o mandou e para lá o recrutou de volta.

Parabéns e não adeus, até breve, Tuguio Setogutte, porque sei que em breve estará de volta aqui conosco, se Deus quiser.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos). — A Mesa lamenta, mas temos que nos curvar perante o nosso Regimento Interno. É evidente que esta Presidência associa-se às homenagens prestadas hoje ao Deputado Setogutte, qualidades também enaltecidas por todos os Srs. Deputados, lhe concedendo mais quatro minutos para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Tem o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Serei rápido porque sei que V. Ex.^a pretende concluir seu pronunciamento.

Mas nobre Deputado, se V. Ex.^a sempre mereceu a nossa

admiração, cresce ainda mais no nosso conceito, esta decisão que V. Ex.^a toma, coerente com o nosso Partido, coerente com o seu povo.

Não é uma repetição, este ato, uma repetição do passado, é uma posição completamente diferente. Mas tenho certo, nobre Deputado, que esta decisão difícil de V. Ex.^a, este sacrifício a que V. Ex.^a se submete, será recompensado pelo carinho com que o povo de Umuarama o recebe em data de amanhã, pela nossa consideração, o nosso integral apoio nesta Casa, em sua administração.

Saiba V. Ex.^a que terá, aqui nesta Casa, os amigos que estarão prontos a auxiliá-lo, a ajudá-lo, na sua administração. Conte sempre com nosso apoio e os nossos votos de felicidade, uma feliz e profícua gestão frente àquele grande Município de Umuarama; porque sei que V. Ex.^a saberá bem dirigir os destinos em favor daquela comunidade.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Agradeço, comovido, a compreensão que os meus pares, o Presidente e os demais membros da Casa, os funcionários desta Assembléia, que sempre tiveram comigo, desde o mais humilde, aquele que com seu "bom dia", nos recebia em nossa chegada, aquele que nos traziam até o 5.º andar, aqueles que nos serviam o seu primeiro café, a todos, indistintamente, e a esta classe de jornalistas — que tão bem e com tanto afeto nos têm recebido e nos têm dado este apoio indispensável, principalmente nestas horas mais difíceis de nossa vida.

Em sendo assim, levo inesquecíveis lembranças de tudo o que aqui vivi. Lembranças que fortalecem a minha fé. Fé nas virtudes do Governo representativo e reavivam a minha confiança nos destinos de nosso Estado e de nossa Pátria.

O Sr. Mário Celso — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Tem o aparte o companheiro Mário Celso.

O Sr. Mário Celso — V. Ex.^a, realmente está notando, pelos apartes, o carinho que todos denota, por sua pessoa. E eu não poderia deixar de extravasar aqui um pensamento puramente pessoal; acredito que V. Ex.^a é um predestinado a grandes missões. Deus lhe impôs uma missão pessoal, bem pessoal, bem familiar, e V. Ex.^a em meu programa de rádio, pela Independência, citou esse problema, e eu me comovi. Porque já tinha uma admiração incrível pelo Deputado Tuguio Setogutte; e aumentou essa admiração, a maneira com que conheci mais abertamente, mais intimamente essa grande figura humana. V. Ex.^a deixar de lado realmente os problemas políticos, para se integrar à família; é algo de maravilhoso; mas V. Ex.^a somar estas duas atividades, realmente, é espetacular. E eu vejo que V. Ex.^a recebeu uma benção divina e sua missão vem sendo cumprida da melhor maneira: Vice-Prefeito, Deputado Estadual, Prefeito; é uma beleza, Deputado. E o seu coração, um coração grandioso, um coração, de um pai forte, de um pai brioso e que merece o nosso respeito e a nossa admiração.

Tenha certeza V. Ex.^a de que este parlamentar estará sempre defendendo a sua honestidade, a sua conduta, porque conhece bem, bastante mesmo, a correção do Deputado Tuguio Setogutte.

Este Brasil de hoje, está cheio de cópias, e está realmente, com muita falta de originais; e V. Ex.^a é um original. Parabéns.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado.

O Sr. Tércio Albuquerque — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro companheiro Tuguio Setogutte, na tarde de ontem, viajava com destino a Porto Alegre, o nosso companheiro Deputado João Elísio e, me pediu pessoalmente, que em nome dele, como cidadão honorário de Umuarama, desejasse a V. Ex.^a uma gestão espetacular e extraordinária, que este município neste momento mais difícil de sua história política, está carente.

Nós não queremos tomar mais tempo, hoje, neste nosso aparte, porque nós vamos amanhã, usar do Pequeno Expediente, para fazer o histórico da sua pequena passagem por esta Casa. Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Muito obrigado.

Comovido, agradeço aos apartes dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados, mas nós temos que nos curvar ao Regimento Interno. Como já disse anteriormente, todos nós estamos associados às palavras proferidas pelos Srs. Deputados nesta homenagem que prestamos a V. Ex.^a, nobre Deputado.

A Mesa lhe concede dois minutos, para conclusão do seu pronunciamento. E solicita dos Srs. Deputados que permitam nesses dois minutos, o ilustre Deputado ora homenageado, justamente, nesta Casa, possa dar prosseguimento, ao seu pronunciamento de despedida da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Senão, faltarei até com V. Ex.^a.

Nós que convivemos na infância, que fomos criados na mesma comunidade, numa antiga cidade, ou melhor, numa cidade de Idade Média da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo. Tivemos escola, tivemos a nossa convivência, eu talvez seja o mais credenciado em matéria de toda a vida.

Depois de anos, reencontro V. Ex.^a neste Poder Legislativo, voltando, mesmo diálogo, a mesma franqueza, a mesma lealdade, a mesma sinceridade, dos tempos de meninice.

Conheço profundamente a família de V. Ex.^a a sua postura em toda esta vida, e tenho acompanhado, tenho convivido e inclusive, trocado idéias com V. Ex.^a.

E o que eu quero fazer aqui, nobre Deputado é, em nome desta velha amizade, desta concreta sinceridade calcada nos tempos de infância, ainda. Dizer, que se Deus quiser, a sua administração em Umuarama vai por reparos — a todos os comentários que existe em torno da situação caótica que reina naquele município.

A minha confiança em V. Ex.^a é pelo homem, pelo homem público, pela sua grandeza, pela sua formação, pela sua família e, sobretudo pelo espírito público devotado à causa pública, à coisa pública, e ao homem, ao ser, mesmo através da sua profissão.

Desejo que Deus olhe com olhos de bondade para sua administração, para que ele derrame bênçãos copiosas sobre Umuarama, da qual V. Ex.^a será o chefe supremo.

Muito obrigado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Para encerrar, só quero agradecer aos nobres colegas os apartes.

As palavras elogiosas que sejam realmente de estímulo. Que eu continue a, nesta Casa, que, por vezes, terei ainda que passar, sempre receber o abraço fraterno e amigo como tive até esta data.

Deixo Umuarama, a cidade onde os amigos se encontram; deixo Umuarama o lugar onde os amigos se reúnem, aberta com todo o seu coração, com toda a sua vontade para que na primeira oportunidade, nos façam uma visita na nossa querida Umuarama. O meu muito obrigado e até uma outra oportunidade, se assim Deus o permitir. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, solicitamos a palavra pela ordem, para requerer a nossa inscrição para Explicações Pessoais, para

estender um convite aos eminentes Srs. Deputados, para a reunião da Comissão de Instrução Pública, que deverá se efetivar logo após o encerramento dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa atende a solicitação do nobre Deputado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja suspensa a Sessão Plenária do dia 30 de abril próximo, para que no mesmo dia se realizem as reuniões das Comissões. — **Aprovado.**

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 28, de 17/10/74. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 09/79, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação de órgãos que especifica, e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 12/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Miraselva, com a interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 13/79, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios nominados, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante a absorção de mão-de-obra naqueles municípios. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 17/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento, e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, apresentando sugestão à Comissão Executiva, no sentido de se incluir no Orçamento Geral do Estado, para o próximo exercício financeiro, previsão de uma dotação a ser destinada à Biblioteca da Assembléia Legislativa. — **A Comissão Executiva, para estudo.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, constante do expediente, indicando o Sr.

Deputado Ezequias Losso para complementar a Comissão de Constituição e Justiça. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, Líder da ARENA, indicando os Srs. Deputados para representar a Bancada da ARENA na CPI do Cooperativismo. — Ao Departamento Legislativo - Divisões das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Alceu Nauman, ocorrido em Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão de Srs. Deputados, para representar este Poder nas solenidades de posse e transmissão de cargo ao ex-Deputado Túlio Vargas, na Presidência do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, parece que o requerimento perdeu a razão de ser. Está prejudicado, hoje é a posse do ex-Deputado Túlio Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa acolhe, e informa que solicitou ao Deputado requerente, que, apresentasse à Casa, no devido evento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando estudos com vistas à adoção de convênios com os municípios a fim de estabelecer setores específicos de estatísticas e ICM. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 30/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo estudos visando a instação de uma extensão do ensino de primeiro grau na localidade de Santa Lúcia, Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, apresentando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Contabilista". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja declarado o ano de 1980 "ANO NACIONAL DA ECOLOGIA". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Movimento de Cursinhos de Curitiba, pela passagem do seu 10.º aniversário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, Distrito de Guarapuava, pela realização da 1.^a Festa do Lavrador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e congratulações à direção e funcionários da revista "Atenção". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Educação e Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido

de que sejam baixadas instruções aos professores do Estado e do Município, a fim de que não sejam mais computados como pontos, como média de aprovação, as pesquisas ilustradas elaboradas pelos alunos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, com a solicitação de que o mesmo determine a apuração dos fatos ocorridos na cidade de Salgado Filho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, contendo sugestão, no sentido de que seja criada em nosso Estado, Carteira de Aposentadoria dos Serventários da Justiça do Paraná, nos moldes da existente no Estado de São Paulo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo enérgicas e imediatas providências, no sentido de se reprimir a ação de depredadores que se dedicam ao costume de pixar muros de escolas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela condecoração dos Srs. General Ayrton Pereira Tourinho e o Doutor Djalma Goss, com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário Militar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando votos de congratulações ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário do Interior, pela assinatura do decreto que trata da captação em curso d'água pelas indústrias instaladas ou que vierem a se instalar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja constituída uma Comissão Especial para analisar a Lei da Greve e as modificações a serem introduzidas na CLT. — Em discussão.

O Sr. Nilso Sguarezi — Para encaminhar, Senhor Presidente. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, primeiramente, um esclarecimento à Mesa. O nobre Deputado fixa em cinco o número de membros da Comissão, e posteriormente, diz que deverá ser integrada pelas lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não. "Cinco membros." Requer ainda sejam convidados a tomar parte desta Comissão, as principais lideranças sindicais do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — A Comissão será formada por cinco Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Cinco Deputados.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para fixar a posição da nossa bancada, Senhor Presidente, e nos congratular com o eminente Deputado Lázaro Dumont e que em boa hora sugere a formação dessa Comissão. Somos inteiramente favoráveis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita dos Srs. Líderes que façam a devida indicação.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado à Caixa Econômica Federal, no sentido de que informe as razões que levaram aquela agência a abater a importância, a títulos de juros, do empréstimo contratado pelo Sr. Oscar Martinez. — Em

discussão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, Senhores Deputados, ainda ontem tivemos aqui uma solicitação, projeto do Deputado Jurandir Messias, que pedia a anistia para diversos devedores, com débitos fiscais, dizendo que o objetivo era o de fazer com que os pequenos tivessem alguns benefícios, e eu tenho a impressão que na realidade, o objetivo de todos nós, nesta Casa, é fazer com que o pequeno tenha os benefícios, e o grande tenha ou os tenha, quando merecer, deixando de ter, isto sim, vez ou outra, perdão que não corresponde.

A revista "Veja", desta semana, Senhor Presidente, traz uma reportagem que é bastante comprometedora e muito importante também, para a época em que vivemos quando se diz o Governo estar voltado para as coisas e causas do nosso povo.

A Revista "Veja" traz como título "Bom negócio" e como subtítulo: "A brandura da Caixa com o empresário endividado".

Eu gostaria que o Presidente me permitisse a leitura de um pequeno trecho desta revista. (Lê):

"Geralmente rigorosa com seus devedores, a filial da Caixa Econômica Federal do Paraná lavrou em cartório, há quase dois meses, um raro exemplo de prodigalidade financeira: — ao acertar com o empresário Oscar Martinez, em Curitiba, o pagamento de uma dívida de pouco mais de 67,5 milhões de cruzeiros, contraída em dezembro de 1975, a Caixa concedeu-lhe um abatimento de exatos Cr\$ 3.803.203,09. Esse desconto não foi a única liberalidade detectada na operação entre Martinez e a instituição oficial de crédito, como demonstram registros cartoriais — e os detalhes da operação, que agora vêm à tona, estão causando alguma sensação nos meios financeiros de Curitiba.

Na raiz do negócio está o crônico desentendimento político entre os ex-Governadores Jayme Canet Júnior e Paulo Pimentel, especialmente aceso em fins de 1975."

Adiante, diz a revista, — "Por seu lado, a filial paranaense da Caixa nunca providenciou a execução do débito, em cuja garantia estavam penhorados dois imóveis e os órgãos de imprensa de propriedade do empresário. Dois meses atrás, enfim, os dois lados chegaram a um acordo definitivo. O acerto foi registrado no último dia 05 de março no livro 331 N/A, folha 485, do 5.º Tabelionato de Curitiba — dez dias antes de Canet Júnior deixar o Governo do Paraná. Como pagamento, a instituição oficial recebeu apenas os dois imóveis que estavam sob alienação fiduciária — um conjunto residencial na Rua André de Barros, perto do centro de Curitiba, no valor de Cr\$ 20.589.660,00 e uma gleba de 23 lotes no Bairro das Mercês, de classe média, ao preço de Cr\$ 43.120.240,00. Somados, os dois imóveis de propriedade do empresário Martinez valiam exatamente Cr\$ 63.729.900,00. E o resto da dívida? "Por transação", esclarece a cláusula n.º 1, "a Caixa concede aos devedores um abatimento de Cr\$ 3.803.206,03 na multa contratual ora devida, reduzindo-se, assim, o seu saldo devedor."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O requerimento que hoje apresentamos, ao lado do nosso Líder Nilso Sguarezi, é no sentido de saber da Caixa Econômica, o porquê deste abatimento de quase 4 milhões de cruzeiros, quando se sabe que o adquirente de casa própria, ou qualquer um que tenha algum débito junto à Caixa Econômica, dificilmente, consegue um mínimo abatimento que seja. Isso, indiscutivelmente, não se compreende. Um abatimento na ordem de 4 milhões de cruzeiros, a um empresário que, por certo, não necessitaria de tal abatimento, porque é um homem muito rico. Mas, para esse homem rico, para esse grupo, muito rico, houve esse abatimento. Por isso, a

justificativa do nosso requerimento.

"Sabe-se da inflexibilidade da Caixa Econômica Federal quanto à cobrança de juros, empréstimos e taxas para com os simples devedores e mutuários de casa própria, tendo em vista que não se consegue qualquer abatimento sobre as importâncias devidas à Caixa Econômica.

Ora, se os menores não gozam de quaisquer regalias, visa o presente requerimento saber quais as razões que levaram à Caixa Econômica a conceder ao conhecido empresário Oscar Martinez a concessão de tamanho privilégio."

É duro de se entender, Sr. Presidente, quando há uma pretensão, pelo menos anunciada do Governo em fazer de tudo para que o povo tenha, pelo menos parte da solução dos seus problemas. Mas este episódio desse empresário e da Caixa Econômica Federal deixa tácita a posição de que os grandes continuarão mandando e que os pobres continuarão cada vez mais pobres. Porque temos exemplos aqui em Curitiba, com os núcleos habitacionais, reportando-me a pronunciamento que fiz ontem nesta Casa, onde muita gente está abandonando a sua casa ou até deixando de morar, porque não têm condições para pagar a prestação, que era prometida de 800 a 1.200 cruzeiros e acabou ficando pelo dobro.

Enquanto esse povo, enquanto quase 3.000 famílias em Curitiba estão preocupadas com o problema de moradia, há uma despreocupação violenta da Caixa Econômica Federal, atendendo a potência desse empresário, mas dando-lhe ainda de presente a bagatela de 3 milhões e 803 mil cruzeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao eminente Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, é realmente estranhável esta reportagem que saiu não só na revista "Veja", mas se não me falha a memória, no grande jornal que circula neste País, "O Estado de São Paulo", estampando a matéria com relevo para que toda a Nação pudesse ter informações a respeito do comportamento dos setores de administração pública e de forma especial as casas que geram, administram as receitas públicas e especialmente o dinheiro público.

E é sabido que grande parte destes valores carreados para os cofres da Caixa Econômica e depois repassado para empresas na construção de casas populares, na construção de edifícios de apartamentos, na concessão de verbas para o Planasa e para tantas outras obras públicas, tem como fonte, e praticamente única fonte o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o PIS e o PASEP. E é exatamente, Sr. Presidente, porque este dinheiro indo para a Caixa Econômica dar destinação, específica para o desenvolvimento da habitação no nosso País e que muitas vezes alimenta o caixa dessas casas bancárias, este dinheiro deixa de ter uma aplicabilidade de sentido altamente social para alcançar, conforme se pode deduzir dessas reportagens, alcançar metas políticas e às vezes até de interesses subalternos.

Não poderíamos nós, Sr. Presidente, que somos os fiscais legítimos do interesse do povo, não poderíamos nos furtar as indagações que estão sendo postuladas neste requerimento. E é de se indagar também qual a razão, quais os motivos que inspiraram a Caixa Econômica, que inspiraram a administração da Caixa Econômica a permitir, a viabilizar um desconto, uma diminuição, uma concessão especial nos juros que estes empréstimos teriam.

Eu não vejo razão nenhuma a priori, falando Sr. Presidente, para que se conceda anistia desses juros computados nos pagamentos de empréstimos, e sobretudo quando se trata de empresa que explora um meio de circulação, que explora um

veículo de circulação na população, que é a televisão e outros mais veículos de comunicação. Não dá para entender o que quer o Governo. Fala-se em deficiência de moradia, fala-se em deficiência dos aspectos sociais e sociológicos, de instrução pública, de saúde pública, e uma empresa de caráter especialmente particular, vem de receber ou de postular o recebimento de uma concessão de anistia em juros, de empréstimos feitos junto à Caixa Econômica. Realmente, não dá para entender o que quer o Governo, apregoando justiça social.

Eu penso que o modelo elitista, centralizador, de capitalismo exagerado baseado na economia de mercado, realmente alcança proporções mais agudas, mais profundas, e que há fissuras na sociedade. E quem paga lucros abusivos, é especialmente, o trabalhador, o assalariado, o empresário pequeno, as empresas nacionais, para que as empresas estrangeiras, se beneficiem indiretamente de uma política elitista que impõe o Governo Federal.

Sr. Presidente, não é possível ficar à mercê de indagações puras e simplesmente. O que precisamos fazer, os parlamentos, na hora em que se fala em abertura, e que só se fala em abertura e não se abre. Nós precisamos saber por um dever de consciência por um dever constitucional, ou por um dever que nos foi colocado pelos eleitores do Paraná, temos de saber onde e porquê e como vai, ser aplicado este dinheiro público.

Por esta razão, o requerimento é muito bem lançado pelos eminentes Deputados Nilso Sguarezi e Nestor Baptista.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente. Nós não queremos entrar no mérito do requerimento. Mas apenas, estranhamos ter a Mesa recebido um requerimento desta natureza. Porque é um requerimento anti-regimental, Sr. Presidente.

Os nobres Deputados que o subscreveram desejam que a Caixa Econômica Federal do Paraná informe a esta Casa, razões que a levaram a proceder operações comerciais como uma empresa privada.

Aí há dois aspectos a considerar: a ingerência do Poder Legislativo no órgão de administração federal, e o segundo aspecto é que a Caixa Econômica Federal, é um Banco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e como tal, há lei especial que protege, assegura o sigilo bancário. O que vai ocorrer é que a Casa aprovando este requerimento, a Mesa recebendo este requerimento, e o mesmo tendo a aprovação da Casa e encaminhado a solicitação à Caixa Econômica Federal, os responsáveis por aquela autarquia, por aquele banco, simplesmente deixarão de responder, com desprestígio para o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Acho que o nobre Deputado Nestor Baptista e o nobre Deputado Nilso Sguarezi, estão corretíssimos na sua postura, no seu posicionamento, como representantes do povo que o são. Todavia, Sr. Presidente, faço um apelo aos nobres Deputados, para retirada deste requerimento. Porque ele é totalmente anti-regimental e a fim de que o Poder Legislativo não venha como já disse, a sofrer um desprestígio, ao ver uma Proposição sua aprovada pela Casa, sem nenhuma resposta do órgão oficial.

Nestas condições, faço um apelo aos eminentes Deputados Nestor Baptista e Nilso Sguarezi, sem entrar no mérito do requerimento, faço um apelo tendo em vista apenas e unicamente, o prestigiamento do Poder Legislativo para a sua retirada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, efetivamente pode surgir a interpretação no sentido dado pelo eminente líder

da ARENA.

No caso de não haver resposta da Caixa Econômica, o desprestígio deste Poder.

Mas, Sr. Presidente, o requerimento não está catalogado como pedido de informação e, vale dizer, não há sanção legal nenhuma no caso de que a Caixa não responda. Mesmo porque um organismo da esfera Federal, está isento de prestar informações a um Poder Estadual.

Todavia, Sr. Presidente, o assunto ganhou os foros públicos, imprensa nacional que divulga. E nós que vivemos no Paraná, e que o assunto nos diz respeito, acredito que não haverá desprestígio nenhum se a Caixa deixar de informar esta Assembléia. O que se coloca aqui é até uma posição moral que a Caixa tem de prestar uma informação a nível público.

Porque acredito, Sr. Presidente, de que esta decisão deve ter, no mínimo, uma interpretação de amparo legal. Os funcionários da Caixa que realizaram esta operação, devem estar estribados em algum regulamento, em alguma lei e a infringência no sigilo bancário, não se estabelece no caso, porque este já ganhou a divulgação pública. Se sigilo bancário houvesse a ser resguardado, o assunto não teria chegado às manchetes dos jornais e das revistas de circulação nacional.

Portanto, o sigilo bancário se existir, existia anteriormente, porque a notícia saía a público, hoje já não existe mais. E o requerimento está postado em forma de uma solicitação. Se a Caixa não responder, não haverá desprestígio deste Poder, porque não é um pedido de informação, é uma solicitação que fica, evidentemente, ao arbítrio de quem a recebe.

Se a Caixa entender que não deve responder, não há desprestígio a este Poder. O que eu digo que há, é uma posição até moral da Caixa para uma explicação. Porque é um organismo federal, um organismo de administração indireta do Governo, que tem, além da obrigação legal de ter regularidade, legalidade nas suas contas, tem a obrigação moral de prestar ao público as informações, quando alguma transação dela seja inquinada de irregularidade ou eivada de defeitos e vícios. Portanto, não há desprestígio ao Poder se o requerimento for indeferido.

Por isto, sinto-me na situação de não atender o apelo educado do eminente líder da ARENA, porque entendo assim de que, realmente, não há desprestígio para o Poder, se nós não recebermos a resposta. É uma simples solicitação à Caixa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa, após ouvir os Srs. Deputados conforme o pronunciamento do Deputado Erondy Silvério, entende também que este ofício requerendo envio de ofício à Caixa Econômica, solicitando as razões que levaram aquela agência a abater a importância de três milhões e oitocentos mil cruzeiros, não recebe o referido requerimento, deixa de colocá-lo à apreciação do plenário, baseado no sigilo bancário que assim a Mesa entende.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Com base no artigo 125 do Regimento Interno, requeiro da decisão da Mesa ao Plenário da Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). — Sr. Presidente, a decisão da Mesa é definitiva; todavia, se por liberalidade de V. Ex.^a, quiser submetê-la ao crivo do Plenário, solicito a V. Ex.^a que determine que se proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, e solicita do nobre Deputado e solicita ao Sr. 1.º Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Há número regimental para votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Como disse, a decisão da Mesa é definitiva, não cabe recurso ao plenário. Nós vamos apoiar a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa entende, nobre Deputado que cabe recurso da decisão da Mesa ao Plenário e colocará em votação a decisão da Mesa.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, V. Ex.^a colocou em votação, pela primeira vez, "Srs. Deputados que rejeitam".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não.

Coloquei em votação os Srs. Deputados que aprovam.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, peço nova verificação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. — (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam.

A Mesa mantém a mesma posição de não receber o referido requerimento.

Sobre a mesa, expediente formado pelo Sr. Deputado Tuguio Setogutte, no seguinte teor:

"Ilmo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O abaixo-assinado, Deputado Tuguio Setogutte, por ter que assumir o cargo de Prefeito Municipal de Umuarama, renuncia a partir desta data o seu mandato de Deputado Estadual. Curitiba, 26 de abril de 1979.

(a) TUGUIO SETOGUTTE"

— Recebido, publique-se na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados o encerramento da apresentação de Emendas às propostas de Emenda Constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Darcy Deitos, Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino.

As propostas irão à Comissão Especial de reforma à Constituição, com emenda apresentada à proposta da Emenda, de autoria dos Srs. Deputados Darcy Deitos e Ivo Thomazoni. Solicito dos Srs. Deputados Líderes de bancada, a indicação dos membros à referida Comissão.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que logo após a sessão, iremos prestar uma homenagem ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, bem como registra a presença já, nesta Casa, do Sr. Secretário da Educação e Cultura.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao nobre Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL (Para Explicações Pessoais). — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Faz-se necessário que aqui nos apresentemos com longo, extenso pronunciamento, para justificar a decisão nossa, dos companheiros Fiori Luiz e José Tavares, da bancada do MDB e de eminentes Deputados da Aliança Renovadora Nacional que ofereceram apoio ao requerimento que visa a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Cabe, entretanto, após o registro do trabalho dedicado dos eminentes Deputados Fiori Luiz e José Tavares, um agradecimento especial e o reconhecimento de nós, Deputados de Londrina, ao assessoramento e a valiosa contribuição que nos foi oferecida pelo brilhante Deputado Renato Bernardi.

Assim sendo, Sr. Presidente, passamos à leitura do requerimento que ora justifica a nossa presença nesta tribuna. (Lê o requerimento):

"Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com amparo no artigo 19 e parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 34 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO

que a Fundação Universidade Estadual de Londrina durante os últimos anos de sua existência vem deixando de atender ao espírito que norteou a sua criação assim como os objetivos educacionais, culturais, técnicos e sociais;

que é objeto fundamental de uma Universidade a formação profissional, a pesquisa e o aprimoramento de lideranças sociais entre outros, o que não vem prevalecendo na FUEL;

que o povo, face a uma sistemática tributária injusta e concentradora, é o único mantenedor do aparelho estatal, conseqüentemente da FUEL, embora uma hierarquização atrofiada de valores tenha destinado recursos insuficientes para a educação;

que o modelo político brasileiro, relegando a educação a um plano inferior na distribuição de recursos e investimentos, criou a figura do ensino pago, abolindo a conquista popular e constitucional do acesso gratuito a educação, o que impõe intoleráveis taxas e cobranças aos discentes, transformando-os em mantenedores da FUEL, afastando milhares de filhos de trabalhadores do direito à educação;

que grande parcela desses recursos devem ser carreados para o aperfeiçoamento do pessoal docente e para o amparo à pesquisa, responsabilidade a que a FUEL não poderia se furtar;

que a constituição de um corpo docente altamente qualificado é conquistada através de processo lento, difícil e oneroso, realidade constatada na F.U.E.L. desde sua existência, transformando-o em patrimônio da sociedade;

que a administração da F.U.E.L. deve prestar contas à sociedade pela dilapidação desse patrimônio, face a reiteradas demissões de profissionais reconhecidamente qualificados, sem processo formal e sem justa causa;

que administrador que assim procede, impondo decisões arbitrárias, obedecendo a interesses escusos e de grupos políticos alheios aos objetivos educacionais e comunitários, caracteriza incapacidade administrativa e incompatibilidade humana para continuar à frente de uma instituição como a F.U.E.L.;

que a incapacidade administrativa do atual Reitor, já tinha sido proclamada pelo primeiro Reitor da F.U.E.L. ao demiti-lo por considerá-lo sem qualificação suficiente para integrar os quadros da Instituição;

que atos arbitrários, violentos e prepotentes da Reitoria, assim como, o que determinou o arrombamento e invasão da sede do Diretório Central dos Estudantes e de Diretórios Setoriais, com o seqüestro de documentos, móveis e máquinas impressoras, estão a exigir providências reparadoras;

que a Reitoria de forma ditatorial, cassou o mandato de todos os líderes universitários, visando o amordaçamento da classe estudantil e cancelou as eleições que se realizariam no dia seguinte ao da indevida invasão;

que a AESI — Assessoria de Segurança e Informações, conhecida e denominada pelos estudantes de "SUAT" do Se-

nhor Reitor, teve confirmado o objetivo real de sua criação praticando atos de repressão e cerceamento da vida acadêmica da F.U.E.L., operando a nível municipal como autêntica polícia secreta;

que a Reitoria confiou a direção do Hospital Universitário do Norte do Paraná, a um elemento que faz prevalecer sua patente de Coronel, alegando amparo do S.N.I., DOPS e outros organismos para arbitrariamente impor a sua vontade;

que a Câmara Municipal de Londrina e oito mil, trezentos e dezessete paranaenses denunciam e pedem providências através de C.P.I., quanto a calamitosa situação financeira e administrativa da F.U.E.L.,

REQUEREM a Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 9 (nove) membros, para apurar as irregularidades apontadas nos considerandos caracterizadores dos Fatos Determinados, na Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(aa) DEL CIEL, JOSÉ TAVARES e FIORI LUIZ

Apoio: Waldyr Pugliesi, Fuad Nacli, Quielse Crisóstomo, Antônio Facci, Nestor Baptista, Deni Schwartz, Dácio Leonel, Nelson Friedrich, José Domingos Scarpelini, Trajano Bastos, Renato Bernardi, Nilso Sguarezi, Darcy Deitos, Carlos Zanlorenzi, Nelson Buffara, Fidelcino Tolentino, Mário Celso, Lineu Turra, Gilberto Carvalho e Tadeu Lúcio Machado."

Encaminhamos à Comissão Executiva desta Casa neste instante, Sr. Presidente, este requerimento, que constitui esta Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como o abaixo-assinado com a solicitação de 8.317 paranaenses, para a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa recebe o requerimento, que será apreciado na sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.

Portaria:

PORTARIA N.º 323/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3091, de 02 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar JOSÉ ROBERTO DUARTE, matrícula n.º 039, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar assessoramento junto a Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda a situação da Erosão, Poluição, Florestas e Vação dos Rios do Estado do Paraná, sem prejuízo de suas funções e encargos junto ao Gabinete da Consultoria Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral